

Prémio Leaders & Achievers-Flecha Diamante 2020 PMR África

# SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE



Maputo, 08 de Outubro de 2021 • ANO XXVIII • Nº 1448 • Preço: 60,00 Mt • Moçambique

Savana FM 100.2 Mhz • [www.savana.co.mz](http://www.savana.co.mz) • [email:savana@mediacoop.co.mz](mailto:savana@mediacoop.co.mz)



## ACR adopta estratégia desafiadora

# Espião laranja envenena B.O.



Págs. 2, 3 e 4



Pág. 10

## Foi-se o mano Zaca

 **lotaria**  
Joga em todo o lugar  
\*124# | [sojogo.co.mz](http://sojogo.co.mz) | Agentes | RecargaAki

**Esta semana**  
**2 Milhões MT**  
à venda até 15 de Outubro - 19h  
Extracção nº 42

**tã dar**

É PROIBIDA A VENDA DE JOGO A MENORES DE 18 ANOS.

Audição de António Carlos do Rosário

# Agente laranja lança fogo na BO

Por Raúl Senda

**A**o contrário dos anteriores réus, António Carlos do Rosário (ACR), peça fundamental no processo das chamadas dívidas ocultas, entrou na grande tenda da BO, triunfalista, estiloso, acenando alegremente para os fotógrafos e dando vivas de punho cerrado, afirmando para quem quis ouvir: “queremos acabar com a tirania”. Eram os primeiros sinais de que o juiz Efigénio Baptista, que preside as audiências de julgamento, não teria vida fácil. Ficou claro que ACR se considerava um “herói da defesa da pátria”, que tinha sido preso injustamente. À hora do fecho desta edição, o Tribunal ouviu ACR, após a escaldante interrupção de terça-feira e depois do descanso nesta quarta-feira, dia em que habitualmente não há sessões.

Com um comportamento, muitas vezes arrogante, ACR, antigo director da Inteligência Económica dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE), era, na altura, o PCA das três empresas do calote, nomeadamente, Ematum, ProÍndicus e MAM.

Dias antes, Gregório Leão, antigo director do SISE, havia empurrado todas as respostas relevantes do processo das dívidas ocultas para ACR, mas este, em tribunal, recusou, arrogantemente, responder muitas das perguntas por razões de “segurança de Estado”.

Num tom de arrogância e desprezo aos órgãos de Estado, o primeiro interrogatório do réu foi marcado por actos de arruaça, facto que obrigou o juiz da causa a extrair cópias das actas e submeter ao Ministério Público (MP) para o devido procedimento criminal. Mas antes, a tensão começou entre ACR e a procuradora, Ana Sheila Marrengula. A magistrada do Ministério Público (MP) questionou ACR sobre a Txopela Investimentos, que reconheceu que tinha criado a empresa, mas assinalou que “não pertence ao SISE. É usado pela SISE. É uma empresa de cobertura”.

Porém, dias antes, Gregório Leão havia dito que a Txopela foi criada no contexto do projecto de protecção costeira que levou à criação de ProÍndicus.

A uma pergunta do juiz para explicar o que queria dizer com uma “empresa operacional”, ACR se recusou e, olhando fixamente para o juiz, disse. “Não vou cair na sua armadilha”, provocando tensão no Tribunal.

“Não quero discutir isto [Txopela.] Quero discutir as dívidas escondidas”, disse ACR. O juiz retorquiu: “Tudo está relacionado

com as dívidas ocultas. Não são os réus que decidem que perguntas são feitas. Txopela faz parte das dívidas”.

“Não é e nunca foi”, levantou a voz ACR, interrompendo, abruptamente, o juiz Efigénio. “Não levante a voz. Está a ameaçar o Tribunal”, avisou o juiz com uma voz muito audível diferente dos anteriores dias, o que demonstrava que o juiz estava claramente a perder paciência.

Minutos depois, ACR acusou a magistrada do MP de “jogar joguinhos”. Era o entornar do caldo, que obrigou o juiz a pedir ao seu advogado, Alexandre Chivale, também colaborador do SISE, para aconselhar o seu cliente a mudar de comportamento “desviante”.

Mas antes o juiz disse que ACR havia passado dos limites e se insultasse o MP, seria acusado de desprezo pelo tribunal, e cada desrespeito, seria considerado um crime.

## Primeira vitória

Apesar de ter regressado um pouco calmo da conversa com o seu advogado, ACR voltou a descarilhar, confrontando o Tribunal, o que obrigou o juiz a mandar abrir um processo contra o réu.

A decisão de juiz não intimidou o réu. Celebrou com acenos, gritando, pela sala de audiências que tinha conseguido a primeira vitória. ACR chegou a propor ao juiz para que não despendesse mais tempo, parasse com a audição e ler a sentença.

O réu está a responder pela co-autoria moral e material dos crimes de associação para delinquir, peculato, abuso de cargo ou função e branqueamento de capitais. Segundo a acusação, ACR causou ao Estado moçambicano o prejuízo de USD 249.972,00 que os integrou na sua esfera patrimonial. Contudo, dados fornecidos por Jean Boustani, executivo da Privinvest e intermediário da operação que culminou com o calote, no julgamento de Nova York, ACR encaixou cerca de USD 12 milhões.

Tal como tem sido prática nas últimas audições, o juiz encarrega o MP a condução dos interrogatórios, limitando-se a fazer insistentes ou explicar algumas dúvidas. A audição de António Carlos do Rosário não chegou a ser pacífica, de tal forma que, por volta das 22:50 desta terça-feira, a representante do MP, Ana Cheila Marrengula, requereu a interrupção para quinta-feira, por não haver condições para continuar.

Nas linhas abaixo, segue parte do interrogatório conduzido pela re-



Acenos, arrogância, arruaça e desprezo aos órgãos de administração da Justiça marcaram o interrogatório do réu António Carlos do Rosário

presentante do MP, nesta terça-feira-feira

**Em algumas correspondências, o réu usava o nome de Manuel Jorge e/ou o email majo2025@hayoo.com [NR: email usado para o envio do comprovativo de transferência dos USD10 milhões do partido Frelimo “doados” pela Privinvest]. Confirma?**

Não confirmo digníssima.

**Nos autos consta uma carta rogatória vinda da Argélia, em que o réu usou este email para trocar várias correspondências.**

Digníssima, reconheço o assunto, mas não me recorde se usei o email para esse fim, porque era um dos emails operativos que usava. Nas minhas funções operativas usava muitos endereços electrónicos. Tinha acima de mil que eram usados em função de assunto e este era um dos emails que a inteligência económica usava para garantir a segurança.

**Tinha senha desse email?**

Não geria pessoalmente. Usava a partir de terceiros. Cada um dos emails era usado em função da regição e do assunto que estivesse a ser tratado.

**Quem fazia a gestão?**

Por uma questão operativa e de segredo do Estado não posso revelar.

**Desde quando é funcionário do SISE?**

Formalmente, sou funcionário do SISE desde Maio de 1999, mas já era colaborador há muitos anos quando jogava futebol no clube Estrela Vermelha de Quelimane, muito antes de ser admitido para o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), actual Universidade Joaquim Chissano. Portanto, sou colaborador do SISE desde aos 17 anos.

**Que funções de direcção e chefia exerceu no SISE?**

feitas a esse nível. As outras actividades eram encobertas e não posso detalhar neste lugar.

Por força de funções de assessor do director-geral, recebi a missão de instalar um sector de inteligência económica, que tinha a missão de seleccionar quadros e pensar numa unidade autónoma, que pudesse estar atenta às ameaças de índole económico, que colocassem à segurança de Moçambique em perigo.

Na direcção de inteligência económica olhávamos, essencialmente, para actores individuais, corporativos, estatais e não estatais assim como intergovernamentais, onde se recolhia e processava a informação sobre os objectivos e planos desses entes, a ver se, esses grupos, colocam em perigo ou não a integridade económica de Moçambique.

**No âmbito das funções que exerceu, a quem respondia por cada uma delas?**

Como chefe de Secção respondia ao chefe de Departamento e como chefe de Departamento respondia ao director de Divisão. Na qualidade de director nacional de Assuntos Internacionais, prestava contas ao director nacional de Divisão e Análise, e, depois de ser promovido para o cargo director nacional de Inteligência Económica, passei a responder directamente ao director-geral.

**Fazia parte do Comando Conjunto das Forças de Defesa e Segurança?**

Sim. Na qualidade de membro de pleno direito que assistia o director-geral. Isto porque, nestas reuniões, o director-geral fazia-se acompanhar por dois quadros permanentes.

**Quais eram os membros?**

O director de Divisão de Operações Internas e, eu, na qualidade de director de Divisão de Assuntos Internacionais. Contudo, se o director-geral entendesse, e dependendo do assunto a ser discutido, podia chamar outros oficiais.

**Desviaram-me para espionagem**

**Em que áreas específicas é formado? Onde e quando?**

Em 1999, concluí o curso de Relações Internacionais e Diplomacia no ISRI, onde ingressei em 1994. Antes de terminar o curso, tive uma formação no Instituto Hollandês de Relações Internacionais (Haia), entre Janeiro e Fevereiro de 1998. Estava a ser preparado para ser pesquisador e docente, mas o SISE desviou-me para espionagem. Quando estudava, era colaborador do SISE. Também fiz o curso Pós-Graduação em Gestão de Empresas na Universidade A Politécnica/ISCTE



de Portugal. Sob ponto de vista profissional, tive a formação militar, de inteligência dentro e fora do país, incluindo inteligência económica.

**Tem formação ou experiência na área de construção e manutenção naval?**

Não tenho experiência nessa área. Tenho na área de gestão.

**Na indústria pesqueira?**

Também não.

**Na aviação civil ou militar?**

Não. Apenas geri empresas que tinham componente de aviação.

**Nas telecomunicações?**

Também não.

**Desenvolveu alguma actividade empresarial a título individual ou colectivo enquanto funcionário do SISE?**

Como funcionário do SISE geria empresas cujo SISE era parte interessado. Tenho empresas minhas, mas não faço a gestão directa.

**Quais são as tuas empresas?**

Já não me recordo porque estou preso e estou desligado de tudo.

**Pode revelar as empresas do SISE?**

Do momento só me recordo da MAM, Ematun e ProIndicus. Uma das regras que temos lá no SISE é esquecermos tudo o que fizemos no passado. Não posso, por minha iniciativa, enumerar as empresas, porque grande parte delas são de cobertura operativa.

**Conhece a empresa Indigo Property?**

Conheço. É uma sociedade unipessoal minha.

**Conhece a empresa Informática Mania Limitada?**

Conheço. Era uma empresa do SISE que servia para fazer cobertura das operações, da qual sou um dos sócios.

**Qual é a percentagem de capital social que detém na Informática Mania Limitada?**

Deve variar entre 25 e 30% se a memória não me atraiçoa.

**Qual era o objecto social desta empresa?**

Foi criada para viabilizar as operações do SISE, no âmbito de apetrechamento do material informático e outras operações do SISE. Internacionalmente, a IM significa Intelligence of Mozambique, e como disfarce, internamente usava-se o nome de Informática Mania. Portanto, era um veículo comercial do SISE cujo objecto está nos estatutos.

**Para além do réu, António Carlos do Rosário, quem eram outros sócios?**

Francisco Lubalo e Agi Anlaué.

**Desde quando conhece o co-réu Cipriano Sisino Mutota?**

Em 2002, quando comecei a participar nas reuniões do Conselho Consultivo do SISE. Nessa altura, eu era chefe de Departamento.

**Além de relação profissional, tem outro tipo de relação com o réu, Cipriano Mutota.**

Não.

**Tem alguma relação empresarial com Cipriano Mutota?**

Não.

**Conhece o réu Bruno Tandane?**

Conheci-o no Lígamo. A primeira vez que vi foi na legalização da nossa prisão. Antes nunca tinha interagido com ele.

**...E o réu Armando Ndambi Guebuza?**

A primeira vez que vi foi na cadeia de Lígamo. Mas sabia que era filho do meu comandante chefe.

**Conhece a co-ré Ângela Buque Leão?**

Sim.

**Desde quando?**

Conheço desde o tempo em que era minha estudante no ISRI, mas como uma simples aluna. Contudo, depois de casar com o meu director-geral, a relação aprofundou-se. Por razões profissionais, passei a frequentar a residência do meu director-geral para reuniões de rotina e, quando lá chegasse, muitas vezes, quem me recebia era ela.

**Tem ou teve relações empresariais com a co-ré Ângela Leão.**

Não tenho nenhuma relação empresarial. Houve uma tentativa inicial que não avançou.

Eu e Cipriano Mutota projectamos um veículo e como não tínhamos tempo, quisemos aproveitar a experiência dela como empresária, e incluímos a ela, porque era um veículo de cobertura e não se podia desconfiar que o mesmo tinha relações com o SISE. Contudo, o mesmo não saiu do papel.

**Desde quando conhece o co-réu Gregório Leão José?**

Conheço-o desde 1994, quando ingressámos no ISRI. Estávamos na mesma turma. E quis o destino que voltássemos a nos encontrar no SISE.

**Além da relação profissional, desenvolveu outro tipo de relação com o co-réu Gregório Leão?**

Não.

**Teve algum interesse empresarial com o réu Gregório Leão?**

Não.

**Quando é que conheceu o co-réu Teófilo Nhangumele?**

Pessoalmente, foi na prisão no Lígamo.

**Quando foi ouvido em sede de instrução, disse que conheceu Teófilo Nhangumele no Hotel Polana, apresentado por Cipriano Mutota, quando reclamava o pagamento de algum valor, com o fundamento de que tinha efectuado trabalhos para ProIndicus.**

Digníssima, a contradição resulta do termo conhecer. Não me recordo desse encontro no Hotel Polana. Se disse isso, em 2019, é porque, talvez, estava em tensão com a PGR. Não concordava com muita coisa que estava a ser feita em torno deste processo. Nessa altura, a minha relação com o Ministério Público não estava boa. Não sei onde estava com a cabeça quando disse isso.

**Nos autos também consta que o réu é sócio da empresa Jociro Internacional Limitada, junto com Cipriano Mutota e Ângela Leão, mas antes disse que não tinha nenhuma relação empresarial com esses dois co-réus.**

Eu disse que houve tentativa. A Jociro não saiu do Boletim da República. Morreu à nascença, porque, quando o director-geral soube que a estrutura accionista incluía a esposa não deixou avançar.

**A participação do réu como sócio da Indigo Property, Jociro Inter-**

**nacional e Informática Mania teve autorização do director-geral como advoga a Lei?**

Para a criação da Indigo Property tive autorização do director-geral, mas para outras empresas não foi preciso, porque eram de cobertura das operações do SISE.

**Consta dos autos que a empresa Jociro detém 15% das quotas na empresa Índico Pacífico Moçambique Limitada. Se nunca saiu do papel, como é que a Jociro integrou a estrutura accionista da Índico Pacífico?**

Não conheço a empresa Índico Pacífico Moçambique Limitada. Porém, é preciso recordar que quando estava no SISE criei mais de mil empresas e é possível que não recorde de uma e outra coisa.

**Conhece a empresa M. Moçambique Construções de Fabião Mabunda?**

Não.

**Conhece a empresa Walid Construções e o senhor Mohammed Zouaoui Fekih.**

Sim.

**Desde quando?**

Não me recordo da data, mas o Fekih foi me apresentado como empreiteiro, em 2012. A Txopela precisava de erguer uma unidade hoteleira, de qualidade, em Tete. E, atendendo o facto de os accionistas serem árabes, facilitaria a comunicação entre os donos do empreendimento com o empreiteiro, uma vez que Fekih é argelino.

Continua na pág. 4

# XAKA

## A FORÇA DO COLECTIVO

**Chegou a primeira solução de transporte misto produzido 100% em Moçambique.**

Robusto, Possante, Cómodo e Seguro, o XAKA é um meio de transporte 100% adaptado à realidade Moçambicana, projectado para chegar aos lugares de mais difícil acesso.

Elevada capacidade de transporte de pessoas e carga, com várias combinações possíveis. Disponível também em versão 4x4. Plano de manutenção incluído, com cobertura nacional. Carroçaria de construção muito robusta e de fácil manutenção ou reparação. Portas USB internas para carregamento de telefones.

Um projecto do Grupo JFS – Técnica Industrial.




Desenvolvido e comercializado pela:



Parceiros:





Email: info@jfs.co.mz • Telefone: 85 789 2144

Continuação da pág. 3

**Chivale colaborador do SISE****Conhece a Txopela Investments S.A.?**

Sim. Eu é que mandei criar.

**Com que motivação?**

Foi criada como cobertura operativa do SISE, cujo objectivo era captar investimentos privados estrangeiros para Moçambique e desenvolver actividades de inteligência económica do Estado. Isso porque a inteligência não podia dar a entender que está presente nas áreas onde actua.

**É accionista da Txopela?**

Não.

**A empresa é do SISE?**

Não, no entanto é por ela usada. A empresa é de investidores privados. O SISE usa empresas de terceiros para fazer suas actividades operativas. São empresas de cobertura operativa.

**Que relação tem com a empresa?**

Inicialmente, fiz parte do corpo de accionistas, tendo, por isso, autorizado que o meu nome fosse usado para a constituição da empresa, mais tarde cedi as minhas acções para os reais donos.

**Quando é que a Txopela foi criada?**

Não me recordo.

**Onde funciona a sede social da empresa?**

Não me recordo.

**Quem eram os accionistas no acto da constituição?**

Fui accionista com mais dois oficiais do SISE.

**Quais?**

Não me recordo.

**Recorda-se das percentagens dos capitais de cada uma?**

Não.

**Quem eram os órgãos sociais da Txopela Investments S.A.**

Não sei.

**Quem é o Presidente do Conselho de Administração?**

Não me recordo.

**Quem é o administrador da empresa?**

Um dos administradores é o senhor Alexandre Chivale.

**Membros do Conselho Fiscal?**

Não me recordo.

**Alguma vez exerceu funções na empresa Txopela?**

Não. Mas já dei instruções ao administrador, Bilal Seedat, para fazer algumas operações que não me recordo neste momento.

**Alguma vez fez transmissão das suas acções?**

Sim.

**A quem?**

Não me recordo porque fiz várias. Seria necessário consultar os documentos para responder com precisão.

**A Txopela tem investidores estrangeiros?**

Sim. É a Infrastructure Resources Services (IRS).

**Qual era a percentagem de quotas na estrutura accionista?**

Não me recordo.

**Desde quando a IRS é accionista da Txopela?**

Não me recordo. Mas os documentos na posse do MP têm essas informações.

**Consta, nos autos, certidões de registo da empresa IRS, que foi**

criada a 15 de Fevereiro de 2015, em Beirute, Líbano, mas o réu diz que a mesma é accionista da Txopela desde 2013. Como é que explica essa contradição?

Não sei explicar a aparente contradição, porque o documento foi produzido pelo meu advogado [Abdul Gani] enquanto estava detido, mas confio nele e reconheço-lhe a idoneidade. É preciso recordar que antes disse que não me recordava de outros dois accionistas e em nenhum momento falei da IRS como membro fundador da Txopela.

**Conhece o declarante, Imran Ahmad Adam Issa?**

Sim.

**Como?**

Não posso precisar, mas acho que foi em 2013. Precisava de um advogado especializado para prestar serviços ao cliente. Pedi ao sector do pessoal da área operativa para me localizar um advogado e indicaram-me a ele. Foi ele que ajudou a criar a Txopela. Mais tarde vim saber que era colaborador do SISE.

**Tayob da Silva Candango. Conhece?**

Sim.

**A declarante, Caice Merana Duarte Salé, tem alguma relação com a Txopela?**

Antes foi colaboradora da Txopela, mas, depois de ser minha esposa, deixou de trabalhar para Txopela.

**Conhece o senhor Bilal Ismael Seedat?**

Conheço-o desde 1994, na Mesquita da Polana, quando vim estudar cá em Maputo e de lá nos tornamos grandes amigos.

**Tem alguma relação com a Txopela?**

Pedi-o para ser administrador financeiro da Txopela.

**O co-réu Gregório Leão disse que a Txopela era uma empresa operacional do SISE, criada no âmbito do projecto da Zona Económica Exclusiva de Moçambique (ZEE) e remeteu os detalhes da empresa ao réu António Carlos do Rosário. O que tem a dizer?**

Confirmo.

**Quem autorizou a Txopela a servir interesses da ZEE?**

Eu é que mandei criar a empresa, mas antes apresentei o plano operativo ao director-geral, que de imediato autorizou que a mes-

**realizadas pela Txopela no âmbito da ZEE?**

A Txopela é uma sociedade de investimentos em várias áreas e nesse processo solicitava a prestação de serviços a terceiros. Directamente não realizou nenhuma actividade, mas de forma indirecta solicitava serviços a mando de terceiros.

**Esses serviços solicitados a terceiros eram realizados em benefício de quem?**

Se fosse actividade lucrativa era em benefício dos accionistas do IRS e se fosse actividade operativa em benefício do SISE.

**O réu disse que um dos actuais administradores da Txopela é Alexandre Chivale. É membro do SISE?**

Sim. é colaborador do SISE.

**Desde quando?**

Conheci-o em 2015 quando veio trabalhar na direcção nacional de inteligência económica onde eu era director. Mas soube estava lá há muitos tempo.

**Desde quando o senhor Chivale exerce funções de administrador da Txopela?**

Não me recordo se foi antes ou depois de ir preso.

**Tendo em conta que esta empre-****Quem define que uma empresa é veículo de SISE?**

Varia em função da natureza e do objecto que se pretende penetrar ou trabalhar. Pode ser o oficial do caso, chefe de secção, repartição, do departamento, director nacional, director de divisão ou director-geral.

**Que garantias existem para se evitar excessos?**

O SISE não entra na gestão de empresas. Os órgãos sociais nomeiam os gestores. O SISE usa essas empresas para camuflar a componente operativa. O SISE tem uma organização interna controla esses possíveis excessos. Tem mecanismos de controlo interno, há auditorias e há todo trabalho de checks and balances.

**Conhece a Infrastructure Resources Services?**

Sei que é uma empresa accionista da Txopela sediada no Líbano e tomei conhecimento da existência desta empresa numa das viagens a Beirute. Lá conversei com os gestores e convidei a apreciar as oportunidades de negócio existentes em Moçambique e aceitaram.

**Quem são os accionistas da Infrastructure Resources Services?**

Não posso precisar neste momento. É preciso recordar que nunca estive na gestão directa da Txopela e dificilmente podia saber o que está a acontecer de outro lado.

No âmbito de contrato de financiamento de 372 milhões de dólares entre a ProIndicus e a Privinvest Shipbuilding SAL, esta transferiu USD 13 milhões para uma conta no Banco Comercial de investimentos a favor da ProIndicus. O dinheiro foi gasto na aquisição de viaturas, salários e regalias para os membros do Conselho de Administração. Confirma que assinou este contrato?

Para alguém que não está no activo há mais de dois anos é normal que não se lembre de vários contratos que assinou. O contrato do ProIndicus foi assinado em 2013.

O montante de USD 13 milhões não foi usado para aquisição de viaturas nem para pagamento de salários dos membros do Conselho de Administração. As viaturas foram distribuídas aos funcionários da empresa ProIndicus em todo o país para fazer trabalhos.

**Qual era a fonte para a ProIndicus pagar salários?**

Não me recordo.

O relatório da Kroll que está junto dos autos, na análise dos registos bancários, confirma que a 25 de Março de 2013, quatro dias após o primeiro pagamento da empresa contratada, foi recebida na conta detida pela ProIndicus no BCI no valor de USD 12.999.958,00 provenientes da conta bancária da empresa Privinvest.

Meritíssimo, enquanto o Tribunal não tomar em conta o nosso requerimento quanto ao relatório da Kroll não pode tomar esse documento como prova....



António Carlos do Rosário, Inês Moiane Dove, Mbanda Buque Henning e Ângela Buque Leão "rogando" a Deus

**Desde quando?**

Desde a infância.

**Onde o conheceu?**

Foi em Quelimane. Andamos juntos na Madrassa. Tínhamos por aí sete a oito anos de idade.

**O senhor Tayob da Silva Candango exerce algum cargo na Txopela?**

Não me recordo, mas é possível.

**Confirma que o senhor Tayob é accionista da Txopela com 98%?**

Sim, mas sobre as percentagens das acções não confirmo.

**Conhece Nordin Issufo Amede Aboo Bacare?**

Sim. É meu amigo de infância. Nos conhecemos na escola secundária em Quelimane.

**Nordin Issufo Amede Aboo Bacar exerceu alguma função na Txopela?**

Não me recordo.

**Caice Merana Duarte Salé. Conhece?**

Conheço.

**O que é para si?**

É minha esposa.

ma servisse os interesses do SISE como veículo.

**Existe algum documento que comprova a relação entre a Txopela e a ZEE?**

Não. Como também não existe nenhuma relação entre as três empresas criadas no âmbito da ZEE. Disse que o declarante, Imran Ahmad Adam Issa, foi o jurista que ajudou a criar a Txopela e também colaborador do SISE. Foi nessa qualidade que criou a empresa?

Quando preciso de uma pessoa com especificidades para determinada operação e que não conheço, solicito ao pessoal da área operativa. Foi nesse âmbito que me foi indicado o senhor Imran Ahmad.

Qual era função da Txopela no âmbito da ZEE? Directamente nenhuma, mas às vezes funciona como veículo para servir os accionistas nas suas operações com terceiros que estavam ligados ao projecto.

**Que actividades concretas foram****sa é veículo do SISE e Alexandre Chivale é colaborador do SISE, presta contas à actual direcção do SISE sobre o seu desempenho na Txopela?**

Não. Nem deve prestar.

A Txopela é apenas um veículo operativo do SISE, mas tem sua gestão que não está sob alçada do SISE. A empresa Electricidade de Moçambique não é empresa do SISE, mas pode ser usada como veículo para actividades operativas.

**Sobre as actividades realizadas pela Txopela no âmbito do projecto da ZEE, pode apresentar alguns evidências?**

Estou preso e não tenho nenhum documento.

**Depois de cessar funções como director nacional de Inteligência Económica no SISE, fez a entrega dos dossiers destas empresas à direcção que o sucedeu?**

Não fiz entrega, porque não podia o fazer. Os veículos operativos não pertencem ao SISE.

GOLO






7/21

A partir de  
**2,799<sup>MT</sup>**

Grátis  
**5GB**

 Ecrã de 6"  
 Câmara 8MP | 5MP Selfie  
 1GB + 16GB Memória  
 Single SIM / Dual SIM

 Ecrã de 5"  
 Câmara 5MP | 2MP Selfie  
 1GB + 16GB Memória  
 Single SIM / Dual SIM

# Liga-te à nova geração de Smartphones 4G

Assiste aos melhores conteúdos com ecrãs em grande e desfruta da Internet de alta velocidade com os novos Smartphones 4G da Vodacom a preços acessíveis.

**Compra já o teu**

Ligados temos tudobom



**Termos e condições:** Promoção disponível em todas as Lojas Vodacom e limitada ao stock existente. O Cliente pode comprar os Smartphones directamente numa Loja Vodacom, revendedores autorizados, Lojas Pep ou online no Bazaar. (O Bazaar faz entregas apenas em Maputo, Matola, Marracuene e Katembe num limite máximo de 48h). A oferta de 5GB de Internet grátis será repartida por 4 meses – 1GB nos primeiros 3 meses e 2GB no quarto mês e a oferta é válida por 7 dias. No dual SIM o Cliente só pode usar internet da Vodacom no SIM1 e só pode inserir o cartão de outra operadora no SIM2, somente para chamadas de voz. A Vodacom reserva-se ao direito de terminar a promoção a qualquer momento sem aviso prévio. Imagens meramente ilustrativas.

Alexandre dos Santos

# Uma unanimidade em três P

**P**rimero padre, primeiro bispo e primeiro cardeal nativo de Moçambique. É assim como o papa Francisco define o arcebispo emérito Alexandre dos Santos, que morreu no último dia 29, aos 103 anos, em Maputo, vítima de doença. Os restos mortais de Alexandre dos Santos foram depositados, esta quinta-feira, na Sé Catedral de Maputo, na presença do Presidente da República, Filipe Nyusi, e outras figuras do Estado, constitucionalmente laico.

Num país que tem sido pontuado por fracturas permanentes, a morte do arcebispo emérito mereceu um dos raríssimos momentos de unanimidade na sociedade moçambicana.

Partidos políticos, confissões religiosas, instituições de ensino e sociedade civil convergiram no elogio ao eclesiástico católico, homem de causas que transcendem o universo religioso, como a paz social, a educação e busca de bem-estar geral.



Dom Alexandre Maria dos Santos descrito, na hora do adeus, como servo que deu a vida por uma sociedade justa e humanista

## Relação difícil com o Estado

Alexandre dos Santos, à frente da igreja católica de Moçambique,

viveu todo o período conturbado das relações inquinadas entre o Vaticano e o Governo, após a independência do país em 1975. Nesse

período, muitos padres católicos e missionários foram expulsos de Moçambique e grande parte dos bens da igreja católica, incluindo escolas e hospitais, foram nacionalizados. Para a normalização das relações, foi negociada a devolução de parte dos bens, situação extensa a outras confissões religiosas. Moçambique, como Estado laico, denunciou também o acordo da Concordata, estabelecido antes da independência entre o governo português e a Santa Sé.

Num telegrama que enviou ao actual arcebispo de Maputo, Francisco Chimoio, o papa Francisco exprime a sua dor pela morte do cardeal e sua solidariedade aos “familiares em luto e a quantos, sobretudo nessa arquidiocese de Maputo, se beneficiaram do serviço deste pastor”.

O chefe da igreja católica descreve o falecido arcebispo emérito de Maputo como “um servidor incansável do evangelho e da igreja”.

## Homenageado pela Frelimo

O Presidente Filipe Nyusi lamentou a morte de Alexandre dos Santos, lembrando “o seu humanismo, alto sentido de ética e cidadania”. Nyusi, também ele católico, considerou Dom Alexandre como “um combatente do mundo e para o mundo, que apostou na educação dos cidadãos como um meio de promoção da igualdade, fraternidade entre os homens”.

Para Filipe Nyusi, Moçambique perdeu um dos seus “melhores filhos”, um religioso que se destacou pelo seu “empenho para o bem da humanidade, independentemente da posição social, raça, ou outras formas de distinção”.

“Encarnou um elevado sentimento patriótico ao aderir ao processo de pacificação de Moçambique”, acrescentou Filipe Nyusi.

Também a Frelimo e Renamo lamentaram a morte de Alexandre dos Santos.

“A Frelimo inclina-se perante o seu corpo inerte, Moçambique perdeu um dos seus melhores filhos”, referiu o comunicado do partido no poder.

Além da Frelimo, a Renamo, principal partido de oposição, manifestou também as suas condolências.

“Dom Alexandre José Maria dos Santos foi um clérigo notável na evangelização e na construção de uma sociedade mais justa e humanizada”, frisou a Renamo.

Alexandre dos Santos foi o primeiro moçambicano negro a ser ordenado padre, em 1953, quando o país ainda estava sob domínio colonial português.

Chegou ao cargo de arcebispo de Maputo em Dezembro de 1974, numa altura em que o Vaticano estava em pânico com a chegada da independência e precisava de, estrategicamente, colorir a hierar-

quia católica local. Nesta altura, os portugueses estavam em debandada, após uma aparente narrativa incendiária da Frelimo. O discurso oficial denunciava a igreja católica como instrumento ao serviço do colonialismo português.

Em 2003 foi nomeado cardeal pelo Papa João Paulo II. Em Setembro de 1988, já como cardeal, Alexandre dos Santos recebeu João Paulo II em visita pastoral a Moçambique.

Figura de consensos na igreja católica em Moçambique, Alexandre dos Santos, visto como próximo da Frelimo, por oposição ao sentido crítico sempre expresso pelo bispo da Beira, Jaime Gonçalves, participou também na mediação das negociações que culminaram com a assinatura do Acordo Geral de Paz entre o Governo e a Renamo, em 1992.

Alexandre dos Santos era um entusiasta da educação e formação, tendo dinamizado a criação da Universidade São Tomás de Moçambique (USTM).

## Um chope entre os Franciscanos

Alexandre José Maria dos Santos nasceu em Zavala, na Diocese de Inhambane, a 18 de Março de 1924.

Concluiu os primeiros estudos na escola dos missionários Franciscanos.

Depois de frequentar o seminário menor franciscano de Amatongas, em Manica, foi enviado para Nyasaland - actual Malawi - para fazer o curso de filosofia com os Padres Brancos (Missionários da África), pois naquela época, ainda não existia seminário maior em Moçambique.

Em 1947 entrou no noviciado da Província Franciscana Portuguesa de Varatojo, perto de Lisboa. Frequentou o curso de Teologia em Lisboa. Ali foi ordenado sacerdote a 25 de Junho de 1953. Regressado à sua terra natal em 1954, foi trabalhar nas missões franciscanas na região de Inhambane.

Em 1972 tornou-se Conselheiro da Custódia Franciscana de Moçambique e Reitor do novo Seminário Menor do país em Vila Pery, hoje Chimoio.

Foi nomeado, pelo papa Paulo VI, arcebispo de Maputo em 23 de Dezembro 1974, tendo sido sagrado bispo a 9 de Março do ano seguinte, antes da independência de Moçambique, ocorrida a 25 de Junho de 1975. Dom Alexandre fundou a Caritas de Moçambique e foi o seu primeiro presidente.

Em 1981 fundou a Pia União das Mulheres com o nome de Franciscanas de Nossa Senhora Mãe de África, um instituto religioso que tem por objectivo difundir o catolicismo e as actividades assistenciais desta confissão religiosa, mormemente junto das comunidades pobres.



## Resumo do Destaque Rural N° 140

IAI 2020:

### O SECTOR AGRÁRIO NECESSITA DE PROFUNDAS REFORMAS ESTRUTURAIS DE LONGO PRAZO

1º ENSAIO

João Mosca e Máriam Abbas<sup>1</sup>

22 de Setembro de 2021

Para uma leitura do texto veja em: <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-140/>

#### RESUMO:

A análise do Inquérito Agrário 2020 realizada pelo OMR, através da edição de vários textos da série Destaque Rural, permite reflectir acerca da necessidade de profundas reformas estruturais realizáveis a longo prazo.

A agricultura nos últimos 50 ou mais anos tem mantido as principais características, nomeadamente, quanto à estrutura fundiária, as técnicas utilizadas, as produtividades, a integração nos mercados e o modo de vida das populações rurais. O peso da agricultura no PIB manteve-se sem grandes alterações. A balança comercial de alimentos e do sector agrário mantém-se deficitária.

Sem transformação estrutural a agricultura, o meio rural e a economia, não se desenvolverão e os moçambicanos serão cada vez mais pobres. As áreas médias das explorações e as produtividades continuarão a diminuir por efeito do aumento da população e das mudanças climática. A economia não gerará emprego; as economias informais crescerão. Os factores de conflitualidades aumentarão.

Este texto procura fundamentar a necessidade de uma transformação da estrutura da agricultura e da economia para que seja possível um desenvolvimento sustentável, de longo prazo e que beneficie os moçambicanos e o país. É apresentado um esboço das razões da persistência da baixa produtividade da agricultura e um esquema de políticas e mercados para o desenvolvimento rural integrado. Neste esquema, incluem-se medidas, escalonadas no tempo, nas áreas da agricultura e de outros sectores de actividade económica e de serviços, que permitam um desenvolvimento integrado com base territorial, opções de política económica e de políticas públicas, e outras destinadas especificamente ao sector privado e a reformas na administração pública.

<sup>1</sup>Máriam Abbas, pesquisadora do OMR e João Mosca, Director Executivo do OMR.

<sup>2</sup>Sobre alguns dos dados mencionados neste parágrafo, veja Mosca, João (2017). “Agricultura, diversificação e transformação estrutural da economia”. Observador Rural N° 47. Observatório do Meio Rural. Maputo. Mosca, João e Nova, Yara (2019). “Agricultura: assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique”. Observador Rural N° 80. Observatório do Meio Rural. Maputo.

Cabo Delgado, quatro anos depois

# O retrato de uma guerra que expôs o fracasso de um Estado!

Por Armando Nhantumbo

**N**a ressaca das celebrações dos 29 anos do Acordo Geral de Paz (AGP), um registo a negro para o país: a passagem de quatro anos após o início, no verão de 2017, do *jihadismo* de inspiração islâmica, na província de Cabo Delgado. É a guerra que, durante mais de três anos, colocou à prova o Estado moçambicano. Nesta edição, o SAVANA faz a radiografia desse conflito que expôs o fracasso de um país independente há mais de 46 anos.

Eram primeiras horas de 5 de Outubro de 2017, quando os ataques iniciaram. Foi em Mocímboa da Praia, o principal reduto dos “Al-Shabaab”, como são localmente conhecidos os combatentes do “Al-Sunnah”. O dia do primeiro tiro não foi escolhido ao acaso. Era a manhã seguinte ao 04 de Outubro, o Dia da Paz. Em Moçambique, as datas oficiais são de festa, principalmente nas zonas rurais.

Ao atacarem Mocímboa da Praia na madrugada de 05 de Outubro, os insurgentes tinham a lição estudada: encontrar uma vila desarmada, com a administração pública e, particularmente, as Forças de Defesa e Segurança (FDS) desarmadas.

Nem mais. Além de encontrarem uma vila praticamente “desarmada”, o comandante distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM) e o director distrital do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) não estavam em Mocímboa da Praia. Encontravam-se em Pemba.

O administrador e o presidente do Conselho Municipal estava em Maputo, onde tinham participado do 11º da Frelimo, como delegados. Na vila de Mocímboa, só estava a secretária permanente a representar a administração pública.

O comandante teve de regressar a correr, mas acabaria por ser destituído do posto.

## 2017

Naquela quinta-feira, 5 de Outubro, os insurgentes atacaram o Comando distrital da PRM e uma companhia de Guarda Fronteira, ambos na vila sede de Mocímboa. Em simultâneo, um outro grupo descarregava fogo contra uma posição de Agentes de Protecção de Recursos Florestais, estacionada no posto avançado de Oasse, cerca de 45 km.

Depois, o grupo que assaltou a vila sede distrital recuou para a aldeia Maculo, 35 km a norte, onde acampou e até içou uma bandeira com escritas árabes significando “Deus é poderoso”.

No mesmo dia 5, jornalistas foram mobilizados para, em directo da Mocímboa, reportarem a “bravura



Durante três anos, os insurgentes colocaram à prova as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique

das FDS que “se batiam” pela recuperação da vila.

As primeiras imagens de repórteres, alguns em semi-directos, entre tanques de guerra e homens fortemente armados, eram a parte tragicómica do início de uma guerra que, tanto os repórteres, como as FDS, estavam longe de imaginar a sua real dimensão.

Aliás, logo a seguir, o discurso oficial iria minimizar o conflito como “actos esporádicos de malfétores que estavam a perturbar a ordem e tranquilidade públicas”, palavras caras ao inditoso porta-voz da PRM, Orlando Mudumane.

O seu superior, o comandante Bernardino Rafael, chegou a emitir um ultimato contra os insurgentes. Era Dezembro de 2017, quando Rafael deu sete dias aos insurgentes para que se rendessem. Caso não o fizessem, seriam perseguidos e tratados como terroristas, ameaçou o comandante-geral.

Mas o ultimato virou-se contra o seu autor. No lugar de se renderem, os insurgentes subiram de tom nos seus ataques.

Um mês depois, em Novembro de 2017, o SAVANA foi a Mocímboa da Praia. Já nessa altura, o Jornal reportou, em primeira mão, a primeira vaga de deslocados da guerra de Cabo Delgado.

Na altura, os deslocados eram, maioritariamente, de Maculo e Mitumbate, duas aldeias costeiras situadas, respectivamente, a 28 e 35 km a norte da vila sede distrital.

Além da vila distrital, as populações refugiavam-se em outras aldeias de Mocímboa, na altura tidas como seguras.

São os casos da aldeia 25 de Junho, situada há 25 km a norte, à saída para o distrito de Palma, situado a cerca de 70 km. Na aldeia 25 de Junho, encontramos populares, também, vindos, sobretudo, de Xipingo, uma povoação que está entre a aldeia 25 de Junho e Mitumbate.

Havia populares, também, na sede da localidade de Quelimane, situada a cerca de 30 km da vila de Mocímboa, também pela Estrada Nacional

Número 380, que faz ligação com o distrito de Palma, o epicentro da indústria de oil & gas.

É por essas alturas que tombou, no terreno, um dos primeiros comandantes das FDS, quando comandava uma ofensiva de perseguição aos insurgentes, durante a qual caiu numa emboscada do inimigo.

Mas, mais do que elevar o tom, os insurgentes alargaram o seu raio de actuação para outros distritos da província, na altura só para as aldeias do interior e da zona costeira. Atacam Macomia, Quissanga, Palma e Nangade.

## 2018

Em Julho de 2018, regressamos à zona do conflito. Percorremos Macomia, Palma, Mocímboa, Quissanga e a Ilha do Ibo.

Sem escoltas, apenas papel, caneta e máquina fotográfica na mão, percorremos matas adentro até onde a terra dava lugar às águas do oceano Índico.

As prisões de jornalistas não tinham começado, mas, mesmo assim, em algumas aldeias, os militares, ou então, as estruturas locais, não nos deixaram trabalhar.

Tal foi o caso do Posto Administrativo de Olumbi, a mais de 40 quilómetros a sudeste da vila de Palma, onde nos foi requerida uma “guia de marcha” que devíamos tratar na sede distrital.

Mas nem na sede distrital era possível obter o documento. O que era possível ter na vila de Palma era um jogo de entretenimento entre o Governo e Polícia local, cada um a nos remeter ao outro órgão.

Mas, em todos os locais por onde passámos, à excepção do Ibo, que na altura era só local de refúgio, registamos relatos e imagens dramáticos de uma guerra que, já naquela altura, estava a causar dor e luto e a destruir o tecido social e económico de Cabo Delgado.

Da aldeia de Mondlane à aldeia 25 de Junho, no Posto Administrativo de Olumbi. Da aldeia de Naúnde, Posto Administrativo de Mucojo, cerca de 45 quiló-

metros para leste de Macomia. Da aldeia de Lalane, de novo em Olumbi, à aldeia de Namaluco, distrito de Quissanga. De Lipunguti a Xipingo, cerca de 20 km a norte da sede distrital de Mocímboa da Praia.

Em todos os locais, encontramos um povo sem norte nem sul. Um povo parado no tempo. Um povo cujo futuro a guerra roubou. Um povo que tudo o que tinha eram as imagens trágicas sobre como perderam um ente-querido morto da mais trágica forma, incluindo degolações, como se de animal se tratasse.

Encontramos filhos e até bebés que nasceram órfãos. Se Alima Alifo tiver sobrevivido à guerra, hoje tem três anos. Quando encontrámo-la naquela manhã de inverno de 2018, ela ainda estava no colo da mãe, com apenas um mês e 14 dias de vida.

A pequena nasceu órfã, porque o pai havia sido assassinado, justamente um dia antes de ela vir ao mundo. Foi a sentença que a condenou a nunca saber o que é um pai. Mas Alima Alifo era apenas uma das vítimas de uma guerra que, hoje, já fez mais de mil mortos e cerca de 300 mil deslocados.

Na altura, encontramos homens viúvos e mulheres viúvas. Pais que perderam filhos. Imagens impressionantes de aldeias completas destruídas e populações a dormirem ao relento, já nos anunciavam, sem legendas, a gravidade da guerra que ali prosperava.

Na nossa galeria, jazem as imagens daqueles homens e mulheres que, sem nenhuma vontade, senão a de viver, reconstruíam suas casas. Aliás, são vidas inteiras, construídas com sacrifício, mas que foram e continuam a ser reduzidas a zero.

Foi nessa altura, também, que anunciamos ao país e ao mundo a existência de zonas fantasmas naqueles distritos, porque a população estava a abandonar suas zonas.

Até aqui, os principais alvos dos insurgentes eram a população e suas casas, à excepção de 5 de Outubro de 2017, cerca de um ano antes, quando eles haviam direcionado

os seus ataques contra instituições públicas, através dos seus símbolos repressivos.

## 2019

Foi preciso esperar 2019 para a história do conflito mudar de rumo. A partir daí, os insurgentes mudaram de estratégia.

Intensificaram ainda mais os ataques e, confiantes, voltaram a visar, directamente, o Estado.

Começaram a atacar posições militares, fazendo soar os primeiros alarmes sobre baixas no exército moçambicano.

Mas os ataques a posições militares, nessa altura com incidência em povoações situadas no interior interior, foram apenas o começo de uma nova fase que terminaria com ataques de grande envergadura contra sedes distritais.

Os insurgentes chegaram a ocupar vilas por longos dias e, confiantes, saíram, não porque foram forçados, mas porque tinham cumprido o seu plano.

## 2020

São do ano passado os assaltos contra vilas distritais. E a primeira vila a ser tomada não podia ter sido outra. Foi Mocímboa da Praia, o distrito que, quase quatro anos depois do início da guerra de Cabo Delgado, se tinha transformado numa espécie de Mossul, a cidade iraquiana que, antes de cair no domínio do Daesh, em 2014, era um estratégico centro do noroeste do Iraque.

Se foi em Mossul onde o Daesh ganhou reputação global, Mocímboa também foi o bastião por onde o “Al-Shabaab” moçambicano se projectou.

Se foi lá onde confrontaram o Estado a 5 de Outubro de 2017, eles regressariam 17 meses depois, para o primeiro mega-assalto a uma vila distrital.

Era 23 de Março de 2020 quando eles forçaram os militares a abandonarem a vila até ocuparem-na por três dias. Dessa vez, eles até içaram sua bandeira, idêntica à do Estado Islâmico.

Dias depois, foram tomar a vila de Quissanga, onde chegaram a fazer gravações na residência do administrador que, tal como na Mocímboa e nos outros distritos onde passam, tinha abandonado.

Depois foram arruinar Muidumbe, no distrito onde chegaram a protagonizar um dos maiores massacres da guerra de Cabo de Delgado, o massacre de Xitaxi, nome da aldeia onde mataram mais de 70 jovens indefesos.

Em Maio, os insurgentes atacaram a vila sede distrital de Macomia, o maior centro urbano e comercial da

Continua na página 8

Continuação da página 7



Foi preciso esperar pela chegada de tropas estrangeiras para haver segurança em Cabo Delgado

zona central de Cabo Delgado. Entraram por voltas das 4 horas de uma quinta-feira, 28, e só saíram no sábado seguinte, três dias depois.

Mas, a 27 de Junho, eles regressariam à Mocímboa, o seu reduto. Dessa vez, ficaram 4 dias e não 3. Entraram a 27 de Junho, um sábado, e só saíram a 1 de Julho, uma quarta-feira.

Mas o golpe final, em 2020, foi a 27 de Agosto, quando eles regressaram à vila, onde, depois de intensos combates com as FDS, acabariam por ocupar a vila e o Porto local, uma estratégia infra-estrutura para abastecer todo o norte de Cabo Delgado. Com Mocímboa como “território libertado”, na terminologia dos combatentes do “Al-Sunnah”, eles passaram a ter uma vila satélite por onde coordenavam e lançavam ataques para aldeias e até distritos vizinhos. Quando 2020 caminhava para o fim, os insurgentes direccionaram as ofensivas para a parte norte de Cabo Delgado. Uma das zonas mais fustigadas, nessa nova frente, era o corredor Muidumbe, Nangande e Pundandar. Pundandar é o Posto Administrativo que serve como ponto de entrada ao distrito de Palma, para quem vem de Nangade.

Quando a vila de Mocímboa da Praia ficou bloqueada pelos insurgentes, a ligação, por terra, com o distrito de Palma, a partir do sul e centro de Cabo Delgado, só era possível seguindo o percurso Pemba-Mueda-Nangade-Pundandar-Palma. Trata-se de uma antiga picada usada pelos combatentes da Frelimo durante a luta de libertação nacional. A rua passa debaixo de densas matas que, além de insegurança, dificultavam a circulação de veículo sobretudo de transporte de carga. Como resultado, os preços dos principais produtos alimentares dispararam em Palma, uma vila que estava praticamente sitiada.

Na altura, dezenas de camiões ficaram paralisados na vila de Mueda. Mas, pouco tempo depois, a via alternativa também ficou praticamente intransitável. Não era para menos. Os insurgentes estavam a intensificar ataques na via, numa estratégia que visava afastar a população para lhes deixar caminho rumo à vila de Palma, atacada este ano.

## 2021

Era 24 de Março, uma quarta-feira, quando eles atacaram a vila de Palma. Um dia antes, o Governo tinha anunciado a retoma das actividades de oil & gas, em Afungi. As operações tinham sido suspensas em Janeiro do mesmo ano, quando os insurgentes atacaram a vila de reassentamento de Quitunda, na porta do acampamento da TotalEnergies.

O ataque de 24 de Março não foi só a paralisação do maior investimento em África. Foi, também, o maior golpe contra a Frelimo, cujas elites vem projectando o seu enriquecimento através do gás do Rovuma.

Foi um dos maiores ataques desde 2017. Os insurgentes entravam na vila em três frentes. Antes um polo de desenvolvimento económico graças a indústria do gás, Palma ficou, literalmente, reduzida a cinzas.

O inimigo matou e destruiu, no ataque com a maior repercussão internacional. O hotel Amarula, que albergava grande parte de estrangeiros ao serviço do projecto liderado pela TotalEnergies, foi um dos centros da tragédia. Moçambicanos e estrangeiros que tentaram fugir do local caíram numa emboscada mortífera do inimigo.

A companhia francesa, que ia retomar as actividades, não teve outra oportunidade senão adiar as operações, por “força maior”.

Foi preciso esperar pela chegada de cerca de mil homens ruandeses para devolver a esperança em Cabo Delgado. Em cerca de um mês, os militares ruandeses conseguiram o que os moçambicanos não conseguiram em mais de três anos. Estabilizaram a vila de Palma e recuperaram pontos estratégicos da vila de Mocímboa da Praia, incluindo a própria vila distrital. Além da vila, recuperaram Oasse, Chinda, pontos estratégicos da insurgência, e as bases de Mbau e Siri 1 e 2, importantes retaguardas do inimigo. Aldeias de Muidumbe, Nangade, Quissanga e Macomia também têm estado a ser recuperadas, também com apoio de forças militares da SADC.

Os avanços alcançados pelas tropas estrangeiras só vieram confirmar o falhanço de um Estado independente há mais de 46 anos.

## Desnorte e nervosismo

Os quatro anos da insurgência, em Cabo Delgado, são, também, quatro anos de relatos desencontrados e de uma propaganda muito cara ao Governo.

Desde logo, as autoridades governamentais procuraram abafar o conflito, apostando no politicamente, correcto.

Mas quando altos oficiais das FDS davam conta de “malfeitores” “acossados” e fragilizados”, a imprensa privada mostrava um cenário dramático de uma guerra que continuava a dar passos gigantes.

Nervoso, o Governo “decretou” uma autêntica guerra contra a imprensa, transformando Cabo Delgado numa zona proibida para jornalistas, ainda que o presidente Filipe Nyusi prefira dizer que a província esteve sempre aberta para a comunicação social.

Jornalistas foram detidos, em fla-

grantes violações da lei, pelas próprias FDS. Amade Abubacar foi o caso mais mediático. Ibraimo Mbaruco está desaparecido há mais de um ano, desde que foi raptado a 7 de Abril de 2020, por militares, segundo seu próprio relato partilhado com colegas através de uma mensagem SMS.

Mas porque a imprensa privada

não se mostrava disposta a render a guarda perante as ordens de silêncio emanadas na *media* do sector privado, o Governo avançou para a guerra de contra-informação.

Conhecidos “cachorros” foram soltos para fazerem ataques caninos contra toda a narrativa alternativa ao politicamente correcto. Egídio Vaz é dos que têm latido sem parar, até ao

dia em que o dono decidir recolhê-lo ao canil.

Mas nenhuma propaganda parou o conflito. Até que, em Abril de 2020, o Estado moçambicano fez a grande revelação: “estamos perante uma agressão externa perpetrada por terroristas”, anúncio do Conselho Nacional de Defesa e Segurança. A “agressão terrorista” foi, desde logo, a melhor pedra de arremesso para afastar a pobreza, má governação e exclusão como parte dos ingredientes da violência, em Cabo Delgado. A partir de ataques contra a imprensa, as FDS foram acusadas, até em relatórios internacionais, de violação de direitos humanos das populações locais. O trágico assassinato, em 2020, de uma mulher nua, no alcatrão de Oasse, na Estrada R698, foi dos mais condenáveis actos atribuídos a jovens militares das FDS que, muitas vezes, para se vingarem das derrotas às mãos dos insurgentes, cometiam excessos contra a população, acusando-a de proteger o inimigo.

## Atacar os ingredientes internos do conflito – João Feijó

**A**o quarto ano da guerra, uma das maiores lições para Moçambique e para os moçambicanos é a necessidade de reformar o Estado. Não se trata apenas de reformar as FDS para estarem à altura das ameaças do país, mas de construir um Estado que atenda às preocupações das populações.

Este é, também, o entendimento do académico João Feijó, para quem a população do norte de Moçambique precisa, igualmente, de serviços competitivos. É que, quando um povo não encontra, no Estado, as respostas às suas preocupações, torna-se vulnerável a movimentos messiânicos e populistas, que apresentam promessas económicas e de igualdade, alerta o pesquisador do Observatório do Meio Rural (OMR).

Ainda mais num contexto com altos índices de desemprego, quando, em contra-partida, há grandes investimentos como o da TotalEnergies, que mobili-



zam mão-de-obra “viente”, que leva uma vida faustosa no meio de um povo desprovido de quase tudo.

Para João Feijó, que estuda pobreza, desigualdades e conflitos, enquanto não se atacar o fundo do problema, o norte de Moçambique será, sempre, uma região, socialmente sísmica e instável, onde os grupos marginalizados podem, a qualquer momento, se organizar para contestar o Estado, através de diferentes formas, incluindo violência.

Por isso, defende soluções susten-

táveis, de médio e longo prazo, que incidam sobre os ingredientes internos do conflito.

A recuperação, pelas forças estrangeiras, de pontos estratégicos dos “Al-Shabaab”, por exemplo, não significa o fim da guerra, até porque os insurgentes continuam a protagonizar ataques de baixa intensidade, de forma dispersa, em aldeias menos guarnecidas.

Feijó, com vários estudos sobre a conflitualidade, em Cabo Delgado, argumenta mesmo que o inimigo está preparado para uma guerra de longa duração, diferentemente do Estado, que tem pressa para o fim do conflito e a retoma dos grandes investimentos na bacia do Rovuma. Por isso, o académico entende que, ainda que a situação tenha melhorado, o fim da guerra não será uma corrida de 100 metros, mas uma maratona, pelo que defende políticas públicas que promovam a integração socio-económica da população, por estar em causa todo um projecto da Nação.

## FELÍCIO ZACARIAS

(FALECEU)

Alves Gomes, Fernando Lima e Naita Ussene, comunicam com pesar, a partida do seu amigo de muitas décadas, FELÍCIO ZACARIAS, no dia 4 de Outubro, Dia da Paz e Reconciliação em todo o território nacional. Homem de causas e de muitas batalhas de peito aberto e generoso, os seus amigos, presentes e ausentes, preservarão sempre a sua memória de homem bom e solidário. Nesta hora difícil, à família enlutada, apresentam as mais sentidas condolências.





Abra a câmara,  
aponte o celular e  
conheça as ofertas.



# MEGAS A DOBRAR

NO NETGIRO, A PARTIR DE **2MT**,  
GANHAS O DOBRO DE MEGAS PARA  
NAVEGARES DAS **0H ÀS 6H**

Activa já **\*123#** opção **2**



HAPPY  
HOUR

Termos e  
condições  
aplicáveis

**tmcel**  
MOÇAMBIQUE  
TELECOM, SA

# Foi-se o mano Zacas

**D**eixou-nos esta semana, Felício Zacarias, “mano Zacas” para os beirenses, provavelmente o homem público mais “inconvencional” que o país teve depois da independência, um político de mão cheia, que fez tradição na zona centro, de onde era natural.

Na Beira, como Governador, deixou uma marca pela sua forma de contactar com a população ao estilo samoriano.

A sua primeira medida, quando chegou, foi retirar as cancelas das ruas junto à residência do governador. Já o tinha feito em Chimoio, onde também tinha sido governador. Ali levou os jornalistas a visitarem o “palácio” onde vivia, para afastar a ideia do fausto que o rodeava como dirigente provincial.

Fora do trabalho, convivia normalmente com os amigos, bebia os seus copos, tinha as suas namoradas, sem qualquer complexo de estruturite. Um dos seus locais favoritos era a discoteca “Monte Verde”, a caminho do aeroporto da capital de Sofala. Amava as belas mulheres, como o seu amigo dilecto Kok Nam.

Nos seus discursos públicos, não se coíbia de criticar duramente entidades oficiais, quando tinha conhecimento de comportamentos errados. Num desses comícios, por ocasião de um feriado nacional, criticou abertamente a polícia de trânsito, incluindo o seu comandante, retratando o comportamento dos mesmos em relação a um incidente acontecido no dia anterior, com um jornalista. Quiseram apreender-lhe o carro, porque diziam que a cor do carro não era a que constava no livrete. Diziam que era “cor de vinho” e constava no livrete “vermelho”. No comício, Felício gozou, perguntando se era vinho tinto ou branco.

Ia a diversos locais públicos sem se identificar, como por exemplo ao hospital, para analisar o comportamento do pessoal. Consta que andava disfarçadamente em transportes públicos para ouvir a população. Na giria popular, à noite, envergava uma gabardine e circulava de “chapa” pela cidade para ouvir as lamúrias do povo. Conduzia o seu próprio carro no percurso entre a Beira e a Gorongosa para se aperceber das “boladas” nas madeiras, um dos maiores “cancros” na zona centro. Ainda hoje.

O “mediaFAX” escreveu, nessa altura, que o governador tinha “abocanhado” uma casa do Estado para o seu pecúlio privado. Convidou o repórter Rodrigues Luis para casa, colocou a avental e preparou ele próprio shima com carne seca de vaca. O



Felício Zacarias

repórter, nervoso, quis saber quando é que a conversa “ia aos finalmente”. “Não se falam coisas sérias com barriga vazia” ripostou Felício. Explicou o contencioso por detrás da casa e disse que não ia processar o jornal. “É um jornal íntegro em Moçambique”. Apesar de vestir a camisa da Frelimo, o seu grande confidente na Beira foi sempre o bispo Jaime Gonçalves. Gostava de ouvir os seus conselhos e opiniões. Ele próprio tinha opiniões muito próprias sobre a sociedade e o país em que vivia. Logo após a sua nomeação como ministro das Obras Públicas, disse ao “Notícias” que, como servidor público, ia ganhar muito menos do que na multinacional AstraZeneca, onde era o representante para o país. Quando era confrontado com os desmandos dos seus pares no governo desabafava: “não aceitei estar no governo para ficar rico. O meu pai, mesmo antes da independência, em Manica, tinha propriedades, cantina, junta de bois e tractor”.

Na sua província de origem, foi dos poucos, senão o único governador que levou muitos dirigentes (directores provinciais e administradores) acusados de corrupção à barra da justiça. Não abordava a corrupção apenas com palavras, mas com acções, que levaram muitos dirigentes a cumprir pena.

Porque achava importante ouvir diferentes opiniões, quando foi Ministro da Obras Públicas, informou o então Presidente Armando Guebuza das críticas que lhe faziam. Este respondeu-lhe: “Também tu”. No dia seguinte estava exonerado. Um relato na primeira pessoa.

Também para a história, a sua discordância que a ponte sobre o Zambeze levasse o nome de Guebuza, “porque essas coisas de nomes, quando as pessoas estão vivas, são problemáticas”. Por causa da ponte, as zangas foram tantas que o construtor nunca colocou uma obra de arte que encomendou para a inauguração. A composição, que

custou qualquer coisa como USD 200.000,00, continua a apodrecer como ferro-velho num armazém

anónimo. Sempre avesso aos salameques dos quadros partidários, são épicas as desavenças com o seu vice, um dos pais ideológicos do tristemente célebre G-40. “O gajo queria ser o comissário político do ministério”.

Felício era super amigo dos seus amigos. Os próximos acham que havia uma certa ingenuidade nele, não acreditando que alguém o pudesse sacanear. “Por isso sofreu algumas traições”, dizem.

Em 1974, o 25 de Abril apanhou-o a fazer recruta em Boane. Meses depois, com muitos outros moçambicanos, desertava da tropa colonial para se juntar às forças de libertação em Nachingwea, na Tanzânia. Depois da independência, pertenceu ao

Grupo de Teatro das FPLM. Aficionado dos meios artísticos e culturais, afastou os interesses obscuros que se debatiam pela posse da ruína do Almoarifado da Beira, contribuindo para a criação da Casa do Artista de Sofala.

O dono de uma gargalhada poderosa e de incontáveis histórias picarescas, não conseguiu fintar o cancro fulminante que o emboscou traiçoeiramente. Partiu, praticamente sem despedir-se dos amigos, esta segunda-feira, dia da paz. Saravá mano Zacas!

*NdR: contribuíram para esta recolha de memórias, André Catueira, Maria Pinto de Sá e Rodrigues Luís*

## Gás natural

# Projecções de receitas são ilusão

**U**m balde de água fria é como se pode descrever a última análise sobre Moçambique, da Open Oil, uma entidade internacional independente sobre a indústria petrolífera.

De acordo com a análise, assinada por Johnny West e Daniela Q. Lépiz, o Estado moçambicano vai receber menos 40% de receitas de exploração de gás natural da bacia do Rovuma.

Em números cardinais, as Áreas 1 (Golfinho) e Área 4 (Coral) vão gerar apenas USD 18 mil milhões. Dessa cifra, 70% serão produzidos apenas depois de 2040, refere a Open Oil.

Aquela entidade sublinha que em Junho de 2018, o Instituto Nacional de Petróleos (INP), o regulador do sector, estimou em USD 49,4 biliões as receitas das áreas 1 e 4, durante a vida dos projectos, com uma projecção de crescimento significativa, a partir de 2033.

A Open Oil sustenta as suas previsões em modelos financeiros que seguem metodologias similares, que avaliaram dados publicados sobre os projectos de gás natural na bacia do Rovuma.

A pesquisa avança que as estimativas são bem inferiores do que as receitas estimadas pelo projecto da Total, no valor de USD 50 biliões.

“Esperava-se que as enormes reservas de gás fossem transformar o país e gerar biliões de dólares, anualmente, mas, 15 anos mais tarde, os projectos estão significativamente aquém das expectativas”, observa a análise.

Os múltiplos atrasos, a acentuada queda nos preços de petróleo e gás, devido à crise provocada pela Covid-19, e as técnicas de optimização fiscal usadas pelas multinacionais ameaçam as expectativas de receitas totais dos projectos de gás natural de Moçambique.

A Open Oil observa que todos os cenários disponíveis indicam que os USD 18,4 biliões previstos valem hoje 3,4 biliões a uma taxa de desconto de 10%.

Por outras palavras, o valor ac-

tual das receitas de gás natural não cobre nem um quarto da actual dívida pública, caso o governo quisesse usar os futuros ganhos de gás como colateral.

Na área 4, o governo nunca vai gerar receitas fiscais sobre lucros em linha com o cenário base.

Aquela entidade estima perdas líquidas no valor de USD 5,3 biliões para o pacote de isenções.

A Open Oil destaca que as participações da ENH são virtualmente sem valor e podem tornar-se num encargo.

Com 10% na Área 4 e 15% na Área 1, espera-se que a ENH ganhe USD 1,1 biliões durante a vida dos projectos. Mas esses ganhos valem apenas uma fracção do valor actual, dado que os lucros líquidos também estão sujeitos a uma grande erosão, tendo em conta que a companhia terá de pagar empréstimos no valor de USD 16 biliões de que precisa para realizar a sua participação.

Joga em casa

com a GOtv!

VAIS AMAR!

GOtv MAX

850MT

Sobe para o GOtv Max e assiste toda a acção nesta nova temporada de futebol

A melhor opção para a migração digital!

PUBLICIDADE

CONCURSO **ACELERE** O SEU NEGÓCIO

# GANHE ATÉ 9 MILHÕES DE METICAIS PARA FAZER CRESCER O SEU NEGÓCIO



Tem uma pequena ou média empresa e quer acelerar o seu crescimento?  
Tem o sonho de fazer crescer o seu negócio?

Inscreva-se no **Acelere o Seu Negócio** do Standard Bank e habilite-se a ganhar até **9 milhões de meticais** para investir em qualquer área do seu negócio

### Categorias de participação

- 1 – Volume anual de negócios de MZN 10,000,000 até MZN 61,000,000
- 2 – Volume anual de negócios de MZN 61,000,001 até MZN 122,000,000
- 3 – Volume anual de negócios de MZN 122,000,001 até MZN 183,000,000

Candidaturas ao concurso e mais informações [www.standardbank.co.mz](http://www.standardbank.co.mz)  
Centro de negócios **9400** (Linha grátis) nossas agências e redes sociais



Standard Bank **É POSSÍVEL**

TERMOS E CONDIÇÕES APLICÁVEIS





## BCI e UEM lançam cartão multifuncional

O Campus da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, assistiu, nesta terça-feira, ao lançamento do Cartão de Estudante Universitário-UEM, com valências distintas, no quadro das relações de parceria existentes entre o BCI e a mais antiga instituição de ensino superior em Moçambique.

O Cartão possui uma componente de identificação, que inclui dados académicos dos estudantes, dos docentes e funcionários da instituição, com fotografia do titular. A componente bancária, que associa a solução a uma conta depósitos à Ordem do BCI, permite o pagamento de propinas, matrículas e outras taxas, assim como a compra de recargas telefónicas, energia, e outros serviços, enquanto a componente



dos acessos garante o acesso com segurança aos espaços e instalações dos diversos Campus Universitários, através do sistema de controlo disponível no recinto estudantil, para além do acesso à rede de parceiros do BCI.

De acordo com o administrador do BCI, Rogério Lam, este cartão é dos mais modernos do

ponto de vista de tecnologias de sistemas de pagamento ao nível mundial. Lam assinalou que o BCI e a UEM estão na vanguarda da evolução tecnológica, para assegurar o melhor serviço aos estudantes universitários e funcionários da UEM.

“Está bem longe de se resumir à vertente da nossa actividade principal como prestador de

serviços financeiros. Ela atravessa áreas tão importantes como o ensino, a cultura, o desporto, demonstrando que o BCI é um Banco particularmente focado nas causas mais relevantes do desenvolvimento económico e social sustentado de Moçambique e dos moçambicanos”, disse. Já o director do Registo Académico da UEM, Betuel Canhan-

ga, salientou que a colaboração institucional testemunhada é o reflexo de uma acção estratégica da universidade de diversificar as suas parcerias, com o propósito exclusivo de melhorar a oferta formativa, considerando todas as dimensões integradas que contribuem para o desempenho e sucesso académico dos estudantes.

“Para além de devidamente identificados, os estudantes da UEM terão acesso a um portfólio de serviços disponibilizados pelo BCI. Este passo dado pela Universidade e pelo Banco faz parte do contributo destas duas instituições para a educação financeira, porque vai de certeza contribuir para o encorajamento, as boas práticas de poupança, e a organização pessoal das finanças dos nossos estudantes”, acrescentou.

## Mesquita desafia Limak

Carlos Mesquita, o ministro da Indústria e Comércio, acaba de desafiar os gestores da Limak Cimentos, a diversificar e investir em zonas onde abunda a matéria-prima, sobretudo nas regiões norte e centro do País. O desafio foi feito durante as visitas de monitoria do sector que dirige, uma acção enquadrada no Programa Nacional Industrializar Moçambique, lançado recentemente pelo Presidente da República. A unidade fabril, Limak Cimentos, é uma indústria



localizada na província de Maputo. No primeiro semestre de 2021, cresceu cerca de 10% com-

parativamente ao ano passado, e, em termos de impacto, contribuiu para a indústria trans-

formadora em cerca de 20%. Na ocasião, Carlos Mesquita explicou que o Ministério da Indústria e Comércio, periodicamente, junta-se aos parceiros empresariais do sector privado, para auscultar e compreender toda a dinâmica de produção, os desafios e as expectativas que pretendem desenvolver, face aos planos de desenvolvimento do Programa Quinquenal do Governo (PQG). “Nós desafiamos aqui esta entidade a olhar para a diversificação da sua acção em Moçambique e também explorar todo

o território nacional. Em Cabo Delgado, por exemplo, podemos encontrar enormes reservas de calcário, que é a matéria-prima essencial para iniciar esta actividade”, assinalou Carlos Mesquita. Num outro desenvolvimento, o governante indicou ser importante que para a estabilização do preço do cimento nas zonas centro e norte do País, as indústrias passassem a usar a via marítima com efectividade, o que vai resultar num custo mais acessível do produto.

# DE VOLTA À TERRA DA BOA GENTE!

A partir do dia 10 de Outubro voe de Maputo para Inhambane às Quartas-Feiras e Domingos.



QUARTAS-FEIRAS

MAPUTO-INHAMBANE ➔ 11:00H | 12:00H

INHAMBANE-MAPUTO ➔ 12:30H | 16:05H

DOMINGOS

MAPUTO-INHAMBANE ➔ 11:00H | 14:35H

INHAMBANE-MAPUTO ➔ 15:05H | 16:05H

VOOS COM ESCALA EM CHIMOIO ✈

COMPRE JÁ O SEU BILHETE!  
Visite [www.lam.co.mz](http://www.lam.co.mz), Lojas LAM, ligue para 1737 ou contacte a sua Agência de Viagens.



# Grupo CFAO retoma actividades no País

**O** Grupo CFAO anunciou, esta semana, a retoma das actividades de distribuição das marcas Toyota e Hino em Moçambique, anteriormente distribuídas pelo grupo Entrepósito. Deste modo, o território nacional torna-se, assim, no 39º país de implantação do Grupo em África.

Ao estabelecer-se em Moçambique, após ter retomado a distribuição da Toyota em Madagáscar, em 2019, o Grupo CFAO está a criar um marco importante no seu desenvolvimento e a reforçar a sua posição como parceiro estratégico no continente. O CFAO confirma, assim, a sua

posição como distribuidor pan-africano da marca Toyota.

Moçambique é considerado um mercado promissor para o Grupo, que disporá de uma extensa rede de distribuição. Para além das marcas Toyota e Hino, o Grupo gostaria de operar rapidamente a distribuição da marca Suzuki no País.

A distribuição de veículos Toyota e Suzuki será acompanhada, a curto prazo, pelo lançamento de serviços relacionados, tais como a venda de peças sobresselentes, serviços e equipamento automóvel, bem como uma oferta de veículos em segunda mão e a distribuição de marcas de veícu-

los pesados com a marca Hino. Richard Bielle, presidente e director executivo do CFAO, declarou que o grupo tem o prazer de estabelecer-se no país e de confirmar a sua estratégia multinacional, multinegócios e de parceria

com marcas fortes, acrescentando que o mercado moçambicano é particularmente promissor, e que esta primeira operação abre o caminho para o desenvolvimento de outras actividades do Grupo no País.

Por seu turno, Nuno Sousa, director-geral da CFAO Motors Moçambique, disse que o mercado automóvel é ainda promissor no País, sendo que deve ser acompanhado por grupos de referência com marcas fortes.

## Absa Bank promove debate sobre Educação Financeira

**O** Absa Bank Moçambique realizou, recentemente, em Maputo, a 5ª edição do “Absa E-Series”, sob o tema “Educação Financeira para um Moçambique Sustentável”.

O Evento contou com a presença do Banco Mundial, representado por Julián Casal, economista sénior, que apresentou o panorama das acções no âmbito da Educação e Inclusão Financeira, tendo como base a estratégia do Banco de Moçambique e do Governo, a estratégia nacional de Inclusão Financeira (2016 a 2022), instrumento este que define as metas globais a serem alcançadas para a melhoria do sistema financeiro.

“Ainda existem muitos desafios em torno da inclusão financeira em Moçambique, como a limitada presença dos serviços financeiros fora das zonas urbanas, constrangimentos em termos de ecossistema para aceitação dos pagamentos digitais, coordenação limitada de esforços de educação financeira, falta de documentação de identidade para muitos cidadãos, entre outros aspectos. Entretanto, assenta nas metas do Governo, assegurar que 75% da população passe a ter um ponto de acesso físico ou electrónico aos serviços financeiros formais a menos de cinco quilómetros do seu local de residência ou trabalho, bem como melhorar o rácio de 30% da população adulta com acesso a uma conta bancária”, referiu Julián Casal, no decorrer da sua apresentação.

O debate moderado pelo Administrador-Delegado do Absa Bank, Rui Barros, contou também com a presença do PCA do Banco Nacional de Investimentos (BNI), Omar Mithá, a CEO da FSD Moçambique, Esselina Macome e o Economista e Investigador do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Yasfir Ibraimo. Por seu turno, Yasfir Ibraimo explicou que a inclusão financeira digital em Moçambique enfrenta ainda algumas limitações, uma das quais é o acesso ao crédito bancário para

poder investir e, conseqüentemente, gerar poupanças. Acrescentou que, neste sentido, há que destacar a questão de criação de rendimentos através da consciencialização financeira, as vantagens que o sistema financeiro pode trazer para a vida da população, todos estes aspectos estão interligados às dinâmicas económicas ao nível do País e estas devem caminhar de forma diversificada e produtiva com vista a criar estímulo ao sistema financeiro.

Para Esselina Macome, há necessidade de continuar a trazer temáticas financeiras dentro do currículo e também implementar formas de aprendizagem ligadas à componente digital.

“A nossa perspectiva em termos de inclusão financeira não se limita apenas no acesso, mas também na questão do uso, uma vez que no fim do dia queremos melhorar a qualidade de vida das pessoas, nós temos trabalhado com pessoas de baixa renda, algumas iletradas, no entanto, com a tecnologia, estas mostram-se mais ávidas a aderir aos serviços financeiros, portanto, esperamos que o sector financeiro, a par da inclusão financeira, traga novos actores, como as fintechs e outros provedores de serviços”, frisou.

Por seu turno, Omar Mithá considerou que as políticas monetárias fiscais devem estar em linha com a conjuntura económica. Por exemplo, numa situação de recessão económica era expectável que tivéssemos uma taxa de juro de referência mais reduzida, a par da consolidação fiscal. Adicionalmente, a inclusão financeira depende directamente do sector real, nomeadamente, da geração de rendimento nas zonas rurais, tal como acontece com os programas do sector agrícola, como o Sustenta, dentre outros sectores, suportados pela expansão de infra-estruturas, que, no seu conjunto, criam as condições de atractividade para o exercício da intermediação financeira fora das zonas urbanas.

## Nacala Logistics apoia pescadores

**A** Nacala Logistics ofereceu, esta semana, quatro embarcações motorizadas e as respectivas redes a pescadores do distrito de Nacala-à-Velha, província de Nampula, Norte de Moçambique.

Os novos barcos vão beneficiar mais de 160 pescadores, que, através destes meios, poderão pescar em alto mar aumentando, assim, a quantidade e a qualidade do pescado.

Como parte da estratégia de reforço do conteúdo local, as embarcações foram construídas por uma empresa moçambicana que empregou 12 carpinteiros de Nacala-à-Velha, durante os seis meses de construção.

A cerimónia de entrega dos barcos, que decorreu na Praia de Massingirine, Nacala-à-Velha, foi presidida pelo Go-

vernador da província de Nampula, Manuel Rodrigues, com a presença de representantes do sector das pescas e populares.

Na ocasião, Manuel Rodrigues recomendou ao Comité Comunitário de Pesca local, responsável pela gestão, que garanta a manutenção das embarcações com vista a uma maior durabilidade dos novos meios.

Por seu turno, o Administrador da Nacala Logistics, Marcos Presoti, realçou o facto de esta iniciativa aumentar o rendimento dos pescadores. “Com este projecto, estaremos a garantir maior oferta de produtos marinhos ao mercado, além de proporcionar ganhos financeiros aos pescadores que exercem actividade pesqueira na Baía de Nacala. Queremos igualmente estimular a prática da pesca segura e sustentável”, frisou.

Desde o início das suas operações,

a Nacala Logistics tem estado a investir em recursos e tecnologias para o desenvolvimento da pesca sustentável e a preservação dos ecossistemas pesqueiros, em Nacala-à-Velha. Projectos como o desenvolvimento de recifes artificiais e a restauração dos mangais contribuem para o repovoamento das espécies pesqueiras e protecção da vida marinha.

Como consequência destas iniciativas, em Abril deste ano, a Nacala Logistics viu o seu trabalho reconhecido, resultado de um estudo da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) sobre os Recursos Marinhos e Costeiros de Moçambique, que considera a Baía de Nacala como um local de referência pelo potencial do seu ecossistema.

## Access Bank apoia idosos

**N**o âmbito do Dia Internacional do Idoso, assinalado a 1 de Outubro, o Access Bank Mozambique doou bens alimentares e material diverso a instituições de solidariedade social em Maputo, Beira e Nampula.

Ao todo foram abrangidos cerca de 200 idosos e jovens institucionalizados do Lar Nossa Senhora dos Desamparados, em Maputo; Centro de Apoio à Velhice, na Beira; e Centro de Apoio à Velhice, em Nampula.

Em Maputo, o Lar Nossa Senhora dos Desamparados recebeu produtos alimentares que incluíram arroz, massa, feijão e xima, beneficiando 90 idosos e 12 raparigas assistidas naquele centro de acolhimento.

Na cidade da Beira, província de Sofala, a doação também consistiu na entrega dos mesmos bens alimentares a 55 idosos e 19 adolescentes do Centro de Apoio à Velhice de Nhangau.

Já em Nampula, foram abrangidos os 15 idosos que são acolhidos pelo Centro de Apoio à Velhice daquela cidade e que é gerido pelo Instituto Nacional de Acção Social. Também a esta instituição foram doados bens de primeira necessidade.

Tarcísio Mahanhe, Director de Risco do Access Bank Moçambique, acompanhou a entrega de alimentos em Maputo, destacando a importância das

instituições que acolhem pessoas idosas. “Este apoio é fundamental no combate ao isolamento e à marginalização a que são votadas muitas vezes as pessoas mais velhas. O apoio aos idosos é uma responsabilidade de todos, por isso, o Access Bank quis associar-se a este dia, prestando também o seu contributo”, referiu o responsável.

### VENDE-SE UMA CASA

Situado numa zona nobre no Bairro Triunfo com 5 quartos e 4 casas de banho. A casa é de um qualidade de construção excelente.

Foi avaliado profissionalmente em MZN 41,210,000.00 e está sendo oferecido com base de licitação MZN 23,000,000.00 sem intermediário. A casa está ser vendido porque o dono está sair de Moçambique.

Contacto: Mandatário do proprietário  
820239900, 848757496

## O MultiChoice Group continua a ter um impacto significativo em toda a África

**1 de Outubro de 2021:** O Grupo MultiChoice publicou recentemente o seu Relatório de Impacto Social, que detalha como a empresa líder de entretenimento de África continua a fazer uma diferença significativa nas comunidades em que opera. O grupo opera em 50 países em toda a África.

O relatório abrange iniciativas implementadas que tiveram um impacto significativo nas pessoas, negócios, organizações sem fins lucrativos e empresas em todo o continente. Tal inclui o uso da plataforma da DSTV para o bem social, estar conectado e em contacto com as comunidades, criando oportunidades, apoiando e desenvolvendo empreendedores, diversidade, aumentando o fluxo de talentos do continente e contando histórias africanas.

A MultiChoice contribuiu com impostos no valor de 11,2 milhares de milhões Rand (mais de USD \$738M) e gastou 446 milhões Rand (mais de USD \$29M) em iniciativas de responsabilidade social.

*"Enriquecer vidas faz parte do nosso ADN – esforçamo-nos para causar um impacto positivo em todo o continente africano. Fazemos parcerias com as partes interessadas em várias iniciativas, partilhando a nossa experiência e conhecimento para entregar resultados sustentáveis. O nosso foco é capacitar os nossos beneficiários para ter sucesso e desempenhar o seu papel no crescimento das suas comunidades e do nosso continente,"* afirmou Calvo Mawela, CEO do MultiChoice Group.

O grupo chega a mais de 20 milhões de lares e tem usado as suas plataformas da DSTV e GOtv para aumentar a sensibilização e mobilizar recursos para enfrentar os desafios sociais. No ano passado, fez parceria com as Nações Unidas e com a Organização Mundial da Saúde, os departamentos nacionais de saúde e educação para abordar a interrupção da educação durante a pandemia, a disseminação da desinformação (sobre a COVID-19 e as suas vacinas) e a luta contra a violência de género (VBG). O valor total do tempo de antena atribuído ao bem social foi de 271 milhões Rand (mais de USD \$17M).

A criação de oportunidades de emprego para os jovens foi outra área de foco. Tal incluiu a colaboração com o Serviço de Emprego para Jovens (YES) na África do Sul, que viu 300 oportunidades de emprego criadas; fornecendo bolsas, estágios e aprendizagens, e oferecendo formação a jovens nigerianos interessados em tecnologia através dos esquemas Sabiman e Canvasser. O programa Canvasser emprega actualmente 3205 jovens adultos.

As pequenas empresas são a força vital das economias africanas e a MultiChoice está empenhada em apoiar o crescimento e o desenvolvimento dos empreendedores. Criou pequenas empresas e milhares de empregos no ramo dos descodificadores e instalação de hardware. Existem cerca de 2800 fornecedores de serviços independentes (agências) e mais de 6 mil instaladores em África.

O grupo também cria oportunidades para empreendedores na África do Sul através do seu Fundo de Inovação e processo de aquisição preferencial. No ano passado, gastou 11,5 milhares de milhões Rand em fornecedores locais, 2,3 milhares de milhões Rand em fornecedores que são pelo menos 30% pertencentes a mulheres negras e 3,3 milhares de milhões Rand em pequenas e médias empresas e 615 milhões Rand em fornecedores que são 51% de propriedade de jovens negros.

A MultiChoice investe significativamente em conteúdo local e está empenhada em contar histórias

africanas. No ano passado, gastou 42% dos gastos gerais com entretenimento do grupo em conteúdo local e produziu 19% a mais de conteúdo local do que no ano anterior. O grupo investe em filmes, séries, telenovelas, sitcoms, novelas, programas desportivos e programas de revistas em língua local. Possui programação em 41 idiomas e 15 canais dedicados de conteúdo local em 10 mercados. A sua biblioteca de conteúdo local já ultrapassa 62 mil horas.

Com a MultiChoice Talent Factory (MTF), a MultiChoice contribui para o crescimento do pipeline de talentos na indústria. A MTF formou 206 alunos nos últimos seis anos e 62 graduados da MTF agora possuem as suas próprias empresas de produção. 74 estagiários de 14 países em toda a África criaram quatro filmes, 16 curtas-metragens e 14 Anúncios de Serviço Público para a campanha #PLEDGETOPOAUSE das Nações Unidas e a campanha educacional da Organização Mundial da Saúde sobre a COVID-19.

A MultiChoice continua a apoiar e promover a diversidade, bem como a elevar as mulheres no local de trabalho. O Grupo emprega 7028 trabalhadores de 81 nacionalidades, 47% dos quais são mulheres e 53% são homens.

Para saber mais sobre todos os programas de desenvolvimento e investimentos sócio-económicos, bem como as histórias de pessoas que têm beneficiado desse amplo apoio, leia sobre o assunto no Relatório Social 2021 do Grupo em <https://www.investors.multichoice.com/social-investment>

### Dia Internacional da pessoa Idosa



Celebrou-se no dia 1 de Outubro do corrente ano, a cerimônia Provincial do dia Internacional da Pessoa Idosa, no Distrito de Namaacha, Bairro Alto Inchiza, posto Administrativo de Changalane, sob o Lema "Por um Mundo Digital Incluindo as Pessoas Idosas". A cerimônia foi marcada por um momento de confraternização, oferecido pela Raquelina Nhabinde, Direção Provincial do Género Criança e Acção Social, beneficiando cerca de 52 idosos, e contou com apoio da Associação Luta Contra Pobreza.

Na ocasião, a Representante da Associação Luta Contra Pobreza, explicou que a associação foi criada no ano 2000, após as cheias e foi denominada associação de luta contra Pobreza, e hoje em dia tem ajudado muito aos idosos, doando sementes anualmente as populações.

A Directora Raquelina Nhabinde, agradeceu e mostrou-se muito feliz com o apoio que a associação de luta contra Pobreza tem feito pelos idosos e pelas populações carenciadas da Província de Maputo.

Raquelina Nhabinde exortou que todos abraçassem a causa e envidassem esforços para tornar a vida da pessoa idosa cada vez mais digna e livre de qualquer acto violento e de discriminação.

### Necrologia Necrologia Necrologia Necrologia

#### JAIME SIMIONE GONGOLE

##### Agradecimento

Sua esposa Ana Munguambe, filhos, Eduardo Jaime Gongole, Hortência Deolinda Gongole (ausente), Mouzinho Domingos Gongole, Paulino Marcos Gongole, Virginia Ivone Gongole, Arminda Adelaide Gongole e Lucia Marina Gongole Bila, genros, noras, netos e demais familiares ainda com profunda dor e mágoa pelo vazio que os tomou com o falecimento do seu ente querido JAIME SIMIONE GONGOLE, ocorrido no dia 28/09/21, vítima de doença, cujo funeral se realizou, sexta-feira, dia 01/10/21 no Cemitério de Michafutene, apresentam agradecimentos a todos que directa ou indirectamente deram o seu apoio, consolo e afecto desde a partida até às cerimônias fúnebres do seu ente querido. Que Deus a tenha na sua glória.



# PROMOÇÃO

## Verão Saudável

**50  
MT  
(Iva inc.)**



**5L**



# A ERA DIGITAL ÉSTÁ AQUI

**zap**

**OFERTA DE 1 MENSALIDADE  
DO PACOTE MINI**



**A BOX QUE GRAVA E OFERECE A MELHOR EXPERIÊNCIA  
DE TELEVISÃO DIGITAL**



# EDITORIAL

## Ausência de reconciliação nacional sufoca potencial humano e económico

É um grande paradoxo que Moçambique tenha um feriado nacional dedicado à paz e reconciliação, e ao mesmo tempo ser um país marcado por uma permanente conflitualidade violenta.

O conflito armado a que o Acordo Geral de Paz (AGP) de 4 de Outubro de 1992 se propunha a pôr ponto final pode ter sido interrompido nessa altura, mas há quase uma década ele reacendeu, continuando a provocar instabilidade e mortes na região centro do país.

E terá sido num acto de descarado desafio a esta mesma paz, que um dia depois das celebrações do AGP, em 2017, iniciou um dos conflitos mais violentos e cruéis que Moçambique já enfrentou, e que continua neste momento a dilacerar o tecido económico e social da província de Cabo Delgado.

O acordo de paz definitiva e de reconciliação nacional de 6 de Agosto de 2019 visava sanar aquilo que se pressupunha que fossem algumas imperfeições do AGP, e que terão conduzido ao reacender do conflito armado depois das eleições gerais de 2009. Mas o produto colateral desse acordo foi o surgimento da chamada Junta Militar, um grupo de guerrilheiros da Renamo que não se revêem no acordo e estão determinados a continuar com a guerra. Com os seus antigos camaradas de armas, que passaram à desmobilização, amiúde a reivindicarem que o que lhes foi prometido não está a ser cumprido, talvez seja legítimo supor que este acordo também nasceu com as suas próprias imperfeições. E talvez haja motivos suficientes que justifiquem uma análise mais profunda e alargada sobre os principais factores que contribuem para que desde a sua independência, há mais de 46 anos, Moçambique continue encurralado num ciclo vicioso de violência armada.

Nessa análise, deve haver um entendimento geral quanto ao facto de que a paz é, muitas vezes, função da capacidade dos principais actores políticos aceitarem as suas diferenças, e libertarem-se da noção de que a prevalência de uns deve necessariamente significar a eliminação dos outros.

A realidade mostra que todos os acordos assinados entre o governo e a Renamo foram feitos na premissa de que cada uma das partes estava apenas a envolver-se num exercício de recuo estratégico, antes de se reorganizar para dar o golpe fatal ao outro.

Depois do AGP, a Renamo manteve uma força de reserva, pronta para entrar em combate a qualquer momento, com base no falso argumento de que o acordo permitia que ela mantivesse uma força para a protecção dos seus dirigentes. Na verdade, o que o acordo dizia é que esta força deixava de existir depois da realização das eleições de 1994. Ao aperceber-se de que nunca conseguiria atingir o poder pela via das eleições, foi essa mesma força que a Renamo voltou a mobilizar para reivindicar a partilha do poder depois das eleições de 2009.

A Frelimo, por seu lado, não se preocupou com a contínua presença das forças da Renamo, porque acreditava que com o seu controlo da máquina da administração pública, estava em condições de manipular todos os processos eleitorais para se manter no poder. E como tem sido o caso desde o surgimento da democracia multipartidária, será raro apontar uma única eleição em Moçambique, que tenha sido conduzida dentro dos padrões democráticos.

O sentimento de que não importa o quão boa ou apelativa é a mensagem de uma força política para os eleitores, como forma para a determinação do seu desempenho nas eleições, leva a que mecanismos alternativos de se chegar ao poder sejam postos em consideração.

A reconciliação é um acto de vontade, não algo que resulte de uma imposição legal. Em Moçambique, quanto mais se fala de reconciliação, há cada vez menos actos que demonstrem que existe vontade da parte dos principais actores políticos quanto ao entrincheiramento, no seu seio, de uma cultura de respeito e tolerância mútuos.

A reconciliação pressupõe, por exemplo, que todos os actores políticos relevantes da sociedade tenham acesso igual ao sector público da comunicação social, onde sejam capazes de colocar, com liberdade, as suas ideias sobre questões cruciais da governação e da vida pública em geral. Não há reconciliação se não há diversidade de vozes no sector da comunicação social que sobrevive à custa de recursos públicos. Pior ainda, quando os órgãos públicos de comunicação social são manipulados e usados como instrumentos de propaganda de uma única força política.

Não pode haver reconciliação nacional se os cidadãos não podem exercer o seu direito constitucional de reunião e manifestar publicamente as suas inquietações.

E sem uma verdadeira reconciliação nacional, Moçambique continuará a ser um foco de conflitos violentos, que servirão apenas para retardar a celebração do seu enorme potencial humano e económico.

## Cartoon



**Pegadas na Areia**  
Fernando Manuel



## Elogio da hipocrisia

Ainda mal tinha passado um ano depois da proclamação da independência, que custou dez anos de guerra, quando os irmãos desavindos decidiram entrar noutra. Esta durou uma década e meia mais um ano. Depois disso decidiram que deviam procurar o caminho da paz. Este foi encontrado depois de dezenas de semanas, para não dizer meses, de negociações que puseram fim a um banho de sangue, suor e lágrimas.

Mas, para quem soube observar bem a forma como se apresentavam os dois grandes líderes dos movimentos que opunham os irmãos desavindos, não passou despercebido um facto muito curioso: é que cada um deles, mesmo durante a assinatura dos documentos, como depois, enquanto se abraçavam para celebrar a paz e a concórdia, nunca tirou a mão esquerda do bolso inferior do casaco. Era simples: nenhum deles confiava plenamente no outro. Por isso, enquanto sorriam para as câmaras da televisão e para as máquinas fotográficas e diziam coisas bonitas nos seus discursos, continuavam a guardar naqueles bolsos uma faca pronta para ser utilizada logo que a oportunidade surgisse.

E a oportunidade, como se viu, surgiu quase logo a seguir, quando, afinal, se descobriu que nenhuma das partes tinha ficado totalmente desarmada. E que a parte poderosa, afinal, tinha colocado várias armadilhas no documento final, que

permitiam a prática de uma grande fraude naquilo que seria ou deveria ser a manifestação da vontade popular na escolha daquilo que deveria ser a direcção do país.

Isto valeu, entre outras coisas, a cabeça do negociador-chefe de uma das partes que, afinal, em Roma, aceitou alinhar numa cabala montada contra o seu próprio chefe.

Voltou-se, novamente, ao estado de guerra. Ou seja, desde 64 até hoje, não há como estarmos em paz, uma vez que esta assenta em truques que alimentam uma desconfiança contínua entre quem pode, durante as farsas quinquenais dessa farsa a que teimam em chamar Eleições Gerais. Não há eleições gerais, multipartidárias e democráticas onde há assassinatos em pleno dia, a céu aberto, daqueles que ousam e têm coragem de tornar públicas as manigâncias, como aquelas que houve em Changara, na província de Tete, as manipulações numéricas do eleitorado, na província de Gaza, onde até foi assassinado, impunemente, o porta-voz de uma discordância lúcida, e até hoje não se fez justiça, o assassinato, em pleno dia, numa zona mais movimentada da cidade de Maputo, de um cérebro moçambicano de origem francesa, o assassinato impune de um edil da capital do Norte e desta peça de teatro que acaba por se traduzir numa farsa monumental a que o povo moçambicano até tem um direito de assistir em plena época de migração do analógico para o digital, quando, afinal, qualquer quadrúpede conse-

gue ver claramente que quem está a ser julgado são os membros posteriores da mula.

Porque os membros anteriores continuam calmamente a gozar da impunidade da sua imunidade, depois de terem concebido e mandado levar a cabo o mega-roubo de 2,2 mil milhões de dólares, dívida de que nem as próximas três gerações se verão livres dela.

E, entretanto, alimentamos o tempo com a relva do Estádio Nacional do Zimpeto, que não está em condições de ser utilizada, nem daqui a quinze anos, das casas da "aldeia olímpica", ocupadas por pessoas que estão a dever 30 milhões de meticalis ao Estado, porque as rendas foram mal calculadas, das estradas que são inauguradas hoje e, na semana seguinte, têm mais buracos do que os do ozono, das aldeias e povoados que, apesar de tudo, e, apesar de todos os discursos bonitos, 45 anos depois continuam sem água, sem luz, professores, enfermeiros, escolas, hospitais, sem nada que se pareça. E é no meio disto tudo que um ilustre rebento do 25 de Setembro veio dizer que a sua geração vai continuar a governar por mais 50 anos.

E é no meio disto tudo, também, que os resgatados do DDR estão há mais de um ano sem receber a sua pensão. Sem água vai, nem vem. Sem fazer analogias, apetece lembrar aquilo que o homem do bigode disse em 1933: "O III Reich vai durar mil anos".

Como se sabe, não durou nem 50.

**SAVANA**  
INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRA/DNI/93  
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

**KOK NAM**  
Director Emérito  
Conselho de Administração:  
Fernando B. de Lima (presidente)  
e Naita Ussene  
Direcção, Redacção e Administração:  
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73  
Telefones:  
(+258)21301737,823171100,  
843171100  
Editor:  
Fernando Gonçalves  
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:  
Francisco Carmona  
(franciscocarmona@mediacoop.co.mz)

Redacção:  
Raúl Senda, Arginaldo Nhampossa e  
Armando Nhamumbo

Fotografia:  
Naita Ussene (editor)  
e Illec Vilanculos  
Colaboradores Permanentes:  
Fernando Manuel, Fernando Lima,  
António Cabrita, Ivone Soares, Luís Guevane,  
João Mosca e Paulo Mubalo (Desporto)

Colaboradores:  
André Catueira (Manica)  
Aunício Silva (Nampula)  
Eugénio Arão (Inhambane)  
Maquetização:  
A. S. Machavane e  
Elton Mahumane.  
Revisão

Publicidade  
Benvida Tamele (82 3171100)  
(benvida.tamele@mediacoop.co.mz)

Distribuição:  
Miguel Bila  
(824576190 / 840135281)

(miguel.bila@mediacoop.co.mz)  
(incluindo via e-mail e PDF)  
Fax: +258 21302402 (Redacção)  
82 3051790 (Publicidade/Directo)  
Delegação da Beira  
Prédio Aruanga, nº 32 – 1º andar, A  
Telefone: (+258) 82 / 843171100  
savana@mediacoop.co.mz  
Redacção  
admc@mediacoop.co.mz  
Administração  
www.savana.co.mz

# Resistência Democrática

Por Severino Ngoenha e Carlos Carvalho

Agora democrática é suposta ser lugar de diálogo, de negociação, de busca de consensos, da razão cordial (Adela Cortela), da razão comunicativa (Habermas), da *palabre* (Hampaté Ba); resistência – e desobediência – é um conceito pertinente e legítimo em democracia, ou filosofia anacrónica e abuso de linguagem?

Na introdução de *Uma Teoria da Justiça*, J. Rawls escreve que “os princípios de justiça são tais que as pessoas engajadas nas instituições devem poder dizer umas às outras, que a sua cooperação se exerce nos termos em que se acordaram como pessoas livres e iguais, cujas relações recíprocas são equalizáveis, o que exclui a ideia de uma injustiça radical”. E acrescenta, “os que exprimem um ressentimento devem poder mostrar em que certas instituições são injustas ou como os outros lhes provocaram prejuízo”. A ideia de Rawls é que os homens devem decidir, antecipadamente, as regras sobre as quais vão arbitrar as suas eventuais reivindicações mútuas.

Depois de uma prometida república socialista e monopartidária, os Acordos de Roma e a Constituição da segunda República estabeleceram o quadro jurídico e institucional que deveria nortear, a partir de então, a nossa democracia e o nosso viver-em-comum. Essas regras são, *hic et nunc*, grosseiramente violadas, ainda por cima, por parte daqueles que têm a responsabilidade de fazê-las cumprir. Como reagir a esta oxímoro?

Se as regras não fossem justas e, por isso, não se pudesse aderir a elas em consciência, então era contra essas regras que nos deveríamos insurgir e até revoltar. Isso justificaria um esforço jurídico de mudança das regras da convivência civil, pois «leis e instituições, por mais eficazes e bem organizadas que sejam, devem ser reformadas ou abolidas se são injustas» (RAWLS, 1997:4).

Reflectindo com Miquel Abensour – a partir do manuscrito de Marx de 1843 (“*La Démocratie Contre l’État*” (1997) – e com Pierre Clastres – a partir de uma perspectiva etnológica (“*La Société contre l’État*”, 1974) – e contra eles, é o Estado em Moçambique que compromete a sobrevivência da sociedade e da democracia, através de uma governação negativa que restringe os horizontes, sobretudo dos mais vulneráveis e dos mais jovens. Não é só porque não tem nenhum projecto, mas também porque aborta, niilisticamente, toda e qualquer possibilidade de projecção; João Mosca fala de um Estado capturado, e Azagaia de um Estado vampiro.

Aqueles que redigem as leis e os que deveriam fazê-las respeitar são os primeiros a manipulá-las, a transgredi-las, a usá-las a seu favor. Contra a injustiça, o abuso, a corrupção, a mentira, a usurpação, temos o dever de resistir e a resistência política reenvia-nos, necessariamente, à questão da desobediência.

A resistência não é um capricho ou uma denegação, mas a necessidade legítima, que corresponde à ideia e ao ideal mesmo de democracia. A resistência – e a consequente desobediência civil – não está na margem ou no limite da democracia, mas no seu próprio fundamento. Ela não é denúncia ou renúncia do contracto social da moçambicanidade, mas a sua reinterpretação e até afirmação. Cada indivíduo devia ter direito à palavra, cada cidadão devia reconhecer-se no que é dito, feito ou mostrado na sociedade; cada um tem o dever, de certa maneira, de emprestar a sua voz e aceitar que a sociedade fale em seu nome. É a possibilidade de uma harmonia de vozes, de uma “*Ubereinstimmung*” – para retomar a famosa expressão de Wittgenstein – que define o acordo social. A desobediência é a solução que se impõe quando há dissonância. Os sons que chegam aos ouvidos (como os que nos vêm da BO) são cacofónicos porque o discurso é falso.

*Volens nolens*, a resistência torna-se necessária devido à cooptação liberalista e à confusão entre democracia e pecuniocracia da segunda República, que fissurou as fortalezas protectoras do nosso viver-em-comum (*comunia*). Perante a magnitude do fenómeno, é legítimo que nos perguntemos com que linhas de defesa podemos ainda contar. Com que instrumentos políticos, intelectuais se pode construir uma alternativa credível, capaz de realizar uma sociedade justa e transparente?

Falar de resistência é já denunciar a crise da nossa comunidade e do nosso viver-em-comum. A questão da desobediência não concerne só àqueles que não falam, àqueles que, por razões estruturais, não podem falar; também diz respeito àqueles que, por cobardia, ficam no silêncio. O problema não diz respeito só aos excluídos, aos que não têm direito à palavra; mas também àqueles cuja palavra não é ouvida ou é desvalorizada. Resistir a um poder promíscuo e concupiscente (Pascal), não é uma simples denegação do consentimento. Ao contrário, define a condição moral da democracia ordinária. Daí a condição desconfortável do intelectual, que deve acompanhar a sociedade que reclama e exprime o seu desacordo.

Existem argumentos que atestam a deslegitimação radical da nossa democracia e obrigam a acções de resistência: a dólarocratização da política, a promiscuidade entre a política e os negócios, a corrupção, a ausência total de mecanismos de controlo do poder por parte dos cidadãos, a incapacidade dos cidadãos em fazerem as escolhas fundamentais, a manipulação das percepções colectivas, a falta de ofertas políticas alternativas. Como quebrar este círculo vicioso e viciado de manipulação? Há quinhentos anos, em plena crise do massacre, na Guiana, de camponeses que se tinham insurgido contra o imposto sobre o sal, um jovem, com a idade compreendida entre os dezasseis e os dezoito anos, publica um livro iconoclasta, não só para o poder mas também para a filosofia política, que continua a interpelar-nos ainda hoje. Trata-se de La Boétie e o livro intitula-se, “*Discurso Sobre a Servidão Voluntária*” que terá uma vida difícil e clandestina e só será definitivamente republicado em 1976 pelas mãos de Miquel Abensour.

O jovem filósofo interroga-nos sobre o segredo que nos leva a obedecer. Existe uma retórica bem estabelecida sobre a indignação política. Basta recordarmos do anátema de Platão contra os tiranos cruéis e mergulhados na luxúria, ou ainda dos vitupérios de Tácito e Suetónio aos sanguinários imperadores romanos. Desde sempre, o pensamento político foi severo contra os déspotas que ordenam massacres contra as populações. Com La Boétie, porém, o objecto da indignação muda de direcção. Como é que o povo, pergunta-se o filósofo, se pode deixar assim dominar e até servir com tanto fervor aquele que o despreza e o oprime? O enigma do político transfere-se: já não importa interrogar a monstruosidade do dominador, mas a passividade do aceitante. Ecoa, neste texto, o Espinosa do tratado Teológico-Político que se escandaliza ao constatar que, todos os dias, miríades de pessoas combatem pela própria servidão como se dela dependesse a felicidade. Foi uma autêntica revolução copernicana no pensamento político: não é o poder que cria a obediência, mas esta que cria o poder. Para o autor, o que surpreende na servidão, é o desequilíbrio incompreensível sobre o qual ela repousa: milhares de pessoas que se submetem à vontade de uma só. No século XIX, diante das veleidades imperialistas e coloniais americanas, a posição de Henry David Thoreau (1817 – 1862) foi simples no seu princípio: não

só temos o direito a resistir, mas o dever de fazê-lo, desobedecer, sempre que um governo age contra os seus próprios princípios. Thoreau e Ralph Waldo Emerson recusam reconhecer o governo como seu, recusam dar-lhe a sua voz, recusam que ele fale em seu nome, quando, por exemplo, ele promove a escravatura.

Thoreau não se limita a abraçar a causa dos abolicionistas e a defesa de John Brown; recomenda mesmo a desobediência ao Estado que corrompe, com a escravatura, os princípios da Constituição Americana: «Eu não posso reconhecer este Estado como meu, porque é também o Estado da escravatura. Se o Estado recusa dissolver a sua união com os proprietários de escravos, então que cada cidadão dissolva a sua união com o Estado».

A ideia mesma de desobediência civil (Civil Disobedience) nasceu no contexto democrático: nos escritos do filósofo americano Henry David Thoreau e no pequeno círculo de pensadores reunidos à sua volta e do seu mestre Ralph Waldo Emerson em Concord, Massachusetts, nos Estados Unidos. Thoreau e Emerson recordam-nos que quem tem a palavra pode dizer aquilo que os outros não podem dizer. Os governantes, nos Estados Unidos de Thoreau, como no Moçambique de hoje, foram estabelecidos pelos cidadãos para garantir os seus direitos, o poder dos governantes emana do consentimento dos governados. Todas as vezes em que uma forma de governo viola este objectivo, o povo tem o direito de o mudar por um outro ou de o abolir. Se não podemos mudar o governo, pelo menos podemos recusar ou suspender o nosso consentimento. Na situação das dívidas ocultas e fraudulentas, que hipotecam o presente e o futuro dos moçambicanos de hoje e de amanhã, não estamos em bom Direito, se o Estado não se dissocia dos corruptos e da corrupção, de denunciar e até negar a nossa aderência a um tal Estado?

Defensor de um universalismo crítico (*Discurso filosófico da modernidade*), no “*Direito e Democracia*” Habermas teoriza uma democracia radical, dominada por práticas de auto-organização. Uma terceira via entre a democracia representativa e a democracia directa. Trata-se de um processo no qual o cidadão, como sujeito consciente, participa num processo contínuo em que a sociedade reflecte e decide sobre si. Tirar a política das elites tecnocratas e dos profissionais da política; organizar uma democracia local, uma relação social não mais fundada sobre tradições parti-

lhadas mas sobre a solidariedade e a co-responsabilidade nascidas da obrigação de decidirmos, nós próprios, em comum.

Habermas põe a sociedade civil, que ele considera como espaço de deliberação e aprendizagem, como o sujeito da política: trata-se – em nome da reconciliação e do consenso – de re-dar aos homens, o poder de reflexão sobre a própria experiência e o controlo do próprio destino.

O nosso palco político, o Parlamento, é muitas vezes cúmplice da transgressão das leis e da ausência da defesa do interesse colectivo. Uns, por motivos partidários, votam, sempre e de maneira acrítica, leis fraudulentas e contrárias ao interesse comum. Outros, por razões da pecúnia, preferem pautar pela falta de virtude quando os seus interesses egoístas estão em jogo.

A representação parlamentar não representa, ou representa muito pouco, a nação e o povo. Ela é um simples modo de acesso ou recondução às funções públicas, por detrás das quais se escondem veleidades económicas. As leis são inúteis porque os primeiros a não respeitá-las são aqueles mesmos que têm a maior responsabilidade sobre elas, quer produzindo-as (Parlamento), quer aplicando-as (Executivo), quer fiscalizando-as (Judiciário).

Os partidos políticos do governo e da oposição são amorfos. Neste quadro sombrio da política nacional, o pouco de democracia que temos, devemo-lo aos jovens da sociedade civil e jornalistas, que carregam nas costas o fardo da contestação e a denúncia dos desmandos e da corrupção estatal, mas também, habermasianamente, o “aumento da esfera democrática”, “da transparência”, “da legitimidade das acções”.

Devemos saudar nesses jovens, a coragem de falar e até de arriscar as próprias vidas em nome de todos nós. Se os combatentes de ontem contra o colonialismo, pelo facto de resistirem, foram heróis, igualmente estes jovens, que resistem hoje contra os que atentam ao nosso viver-em-comum, são, como Siba-Siba, Cardoso, Cistac, heróis do nosso tempo. Este é o preço para uma vida livre e democrática.

Segundo Hegel, a servidão resulta de um rude combate entre duas consciências que lutam pelo reconhecimento: o que cedeu ao medo ao invés de arriscar a sua vida pela liberdade submeteu-se.

Continuação das págs. Centrais

### 3. Conclusão

A conclusão principal deste artigo é a de que, seja ele qual for o indicador que se use para avaliar a forma de distribuição do rendimento nacional em Moçambique, a constatação a que se chega é a de que a distribuição da renda em Moçambique é desigual. O Rácio de Palma tem o condão de nos mostrar como é que essas desigualdades se manifestam dentro do país. Assim, porque o que conta é a parte que vai para os mais ricos, neste artigo também concluímos que:

1. Se, num país normal, a parte do rendimento nacional que vai para os 10% mais ricos deveria ser igual à parte que vai para os 40% mais pobres desse país, em Moçambique os 10% mais ricos do país abocanham 4 vezes mais o que é destinado aos 40% mais pobres, denunciando um nível exacerbado de desigualdades.
2. Mais do que hoje consumirem 4 vezes mais do que deviam, é que há uma tendência crescente de aumentar a parte que vai para os ricos à custa da redução da parte que vai aos pobres, dado que, até 2016, os 10% mais ricos só consumiam 2.5 vezes mais do que os 40% mais pobres de Moçambique. Ou seja, infelizmente os ricos estão a ficar cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Isso é o que ilustram os números das Nações Unidas e confirmados pelo Banco Mundial.
3. O Banco Mundial, perante este cenário, já avança uma solução, que em termos gerais nos propõe focalizar em políticas públicas e investimentos virados à inclusão social e eco-

nómica. Na prática, isso significa que, antes do desenho ou aprovação duma política, estratégia, plano ou mesmo legislação, é preciso ver até que ponto ela vai propiciar a redução deste fosso entre ricos e pobres. É preciso avaliar até que ponto esse instrumento, a ser aprovado, vai beneficiar mais aos pobres ao invés dos ricos. Como nos referimos acima, a tendência de aumento do consumo dos ricos em detrimento dos pobres no país é crescente, isso significa que as políticas e estratégias até aqui aprovadas têm propiciado esse crescimento de desigualdades ao invés de reduzi-las. É tão verdade esse facto, pois também constatamos no nosso texto que mesmo a classe média que nos outros países tem 50% do rendimento nacional quase que “por direito adquirido”, dada a sua capacidade de defender o que é seu, em Moçambique os 10% mais ricos do país não só tiram dos 40% mais pobres, como também já tiram dos 50% destinados à classe média. De facto, a classe média em Moçambique só tem acesso a 42.7% do rendimento nacional, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020.

4. No âmbito do foco em políticas e estratégias que promovam a inclusão social e económica, seria, por exemplo, importante, no processo da Revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2015-2035, que se avaliasse em que é que ela vai ajudar os 40% mais pobres do país a recuperarem paulatinamente a grande porção de rendimento que lhes foi tirada pelos 10%

mais ricos do país. Para tal, será importante definir quais os sectores de actividade vão ser a aposta da estratégia, e prever os instrumentos de implementação das acções definidas para esses sectores, com enfoque na redução do desemprego e aumento da renda dos 40% mais pobres. Também seria importante seguir à risca o conselho deixado por S.Excia o Presidente da República, no lançamento do processo de revisão da ENDE, segundo o qual não podemos fazer desenvolvimento por campanhas. A estratégia deve reflectir uma visão de longo prazo, sujeita à consulta popular e que é independente dos governos que entram ou saem, cabendo a estes definir ou redefinir as melhores formas da sua materialização. Ou seja, a aprovação e alteração da Estratégia Nacional ou Visão Nacional de Desenvolvimento deveria ser matéria do Parlamento e não dos governos que passam.

5. Finalmente, valerá sempre a pena estudar ou avaliar como outros países como a Tanzânia conseguem manter níveis baixos de desigualdades, como é que a China consegue ter altas taxas de crescimento económico acompanhadas de níveis de desigualdade pouco acentuados, e, porque não, como é que os nossos antigos amigos do Leste Europeu conseguem implementar a economia de mercado sem que tal seja acompanhado de um exacerbar das desigualdades, como acontece em Moçambique. Com o nível de desigualdades que temos no país, talvez também tenhamos que seguir as pegadas

do Botswana, que tem estado a reduzir as desigualdades no país - como o demonstram os dados acima - mesmo sendo um país rico em recursos naturais como a África do Sul, Namíbia e, quiçá, Moçambique.

\*Economista

- 1 Todaro, M. & Smith, S. 2003. “Economic Development”, Pearson Education, UK
- 2 IMF 2012 in Maia, C. 2012. “Understanding Poverty and Inequality in Mozambique: The Role of Education and Labour Market Status”, Stellenbosch University, RSA, e Hamela, H 2007. “Inflation in Mozambique: Causes, Effects and Policy Options”, University of Queensland, Australia
- 3 World Bank 2001. “Mozambique Country Economic Memorandum: Growth Prospects and Reform Agenda”, The World Bank
- 4 Idem World Bank 2001
- 5 Idem Todaro, M. & Smith, S. 2003
- 6 World Bank 1991. *World Development Report, 1991*, Oxford University Press, p.4
- 7 Vide: Mazur, Jay 2000. “Labor’s New Internationalism.” Foreign Affairs e Clinton, Bill 2000. Address to a Joint Session of the Indian Parliament, March 2000.
- 8 Palma, José G. 2011. “Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the “Inverted - U”: the share of the rich is what it’s all about”, Cambridge Working Papers in Economics (CWPE)
- 9 World Bank 2005. “Mozambique Country Economic Memorandum: Sustaining Growth and Reducing Poverty”, p. 34, The World Bank
- 10 Definição extraída do IDH 2014, pág. 177
- 11 Note-se que, de acordo com o Banco Mundial, o Coeficiente de Gini em Moçambique naquele período era de 40.0 fruto, certamente, do arredondamento
- 12 PNUD 2015. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015*, Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
- 13 Palma, José G. 2011. “Homogeneous middles vs. heterogeneous

tails, and the end of the “Inverted - U”: the share of the rich is what it’s all about”, Cambridge Working Papers in Economics (CWPE)

14 Note-se que o Gini de Moçambique naquela altura era de 45,7 acompanhando a tendência mundial

15 3.9 vezes de acordo com o rácio

16 INE 2019, IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017, Censo 2017, Maputo

17 Idem Palma 2011, pág. 58

### Bibliografia

Hamela, H. 2007. “Inflation in Mozambique: Causes, Effects and Policy Options”, University of Queensland, Australia

INE 2019. *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017*, Censo 2017, Maputo

Mazur, Jay 2000. “Labor’s New Internationalism.” Foreign Affairs e Clinton, Bill 2000. Address to a Joint Session of the Indian Parliament, March 2000.

Palma, José G. 2011. “Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the “Inverted - U”: the share of the rich is what it’s all about”, Cambridge Working Papers in Economics (CWPE)

PNUD 2015. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015*, Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento

Todaro, M. & Smith, S. 2003. “Economic Development”, Pearson Education, UK

IMF 2012 in Maia, C. 2012. “Understanding Poverty and Inequality in Mozambique: The Role of Education and Labour Market Status”, Stellenbosch University, RSA

World Bank 1991. *World Development Report, 1991*, Oxford University Press, p.4

World Bank 2001. “Mozambique Country Economic Memorandum: Growth Prospects and Reform Agenda”, The World Bank

World Bank 2005. “Mozambique Country Economic Memorandum: Sustaining Growth and Reducing Poverty”, p. 34, The World Bank

World Bank 2016. “Anemic Poverty Reduction Reveals Lack of Social and Economic Inclusion”, World Bank Press Release, Maputo, December 2016

## SACO AZUL

Por Luís Guevane

# O “show” continua

Desde que o Meritíssimo Juiz deu conta da existência de um suposto critério usado para cobrir e/ou justificar a presença dos réus arrolados até àquele momento em que Leão exigia a presença de “outros” hierarquicamente superiores a si e com efectivo poder de decisão, o Mestre pintor sentiu-se inconformado. Para piorar, aborrecido ficou quando o primeiro confirmou que o segundo não tinha na conta bancária pecado algum derivado do contacto com a Privinvest, assegurando que o problema estava na “Leoa” que teria sido (supostamente) usada como testa de ferro. Para o Mestre pintor, esse critério era pesado em balança viciada. O “Julgamento” estava tecnicamente a transmitir uma mensagem do tipo “the end”. Enquanto isso, em banho-maria, o *Kuxakanema* - um documentário servido como aperitivo patriotista - era comentado na esteira da convocação dos mais esperados actores várias vezes referidos. Mesmo assim, não se coibiu de acompanhar o Rosário

até altas horas na noite da guerra de nervos. Percebeu que a calma dos dezoito valores de que se discutia na tenda não cobria o significado de notas altas. Era simplesmente o nervosismo ao rubro provocado por alguém que espiara atentamente o interior do meritíssimo e descobrira que a expressão facial não condizia com o nível de efervescência dos neurónios. É preciso muita estrada para esconder em um rosto rotineiramente sereno algum nervosismo em alta. Este pensamento do Mestre pintor fê-lo adormecer. Mas, quando acordou, no dia seis de Outubro, antes de ligar para o seu colaborador, repensou nos conceitos de “Direito” e “Justiça” até ficar sorumbático. O que estava a acontecer na tenda era um exercício de direito; uma instrumentalização da ditadura da Lei que parecia clamar pela justiça. O uso do direito não significa necessariamente a aplicação de justiça. Então, o “direito” é somente um instrumento que transmite, vezes sem conta, um ideal de justiça. Pondera-se o “direito” ou a “justiça”? Repentinamente, o colaborador interrompeu os seus pensamentos ao ligar-

-lhe. Falaram ao telemóvel demoradamente, sem pressa, sem nenhum dos dois a levantar o tom de voz, pausadamente, com respeito, harmoniosamente. Decidida a jornada para aquele dia, dirigiram-se lá para as bandas do “Fajardo”. Em pouco tempo, a carrinha do Mestre pintor ficou repleta de senhoras que com os seus pertences ocuparam a bagageira depois de terem indicado o destino. O tom de voz extravasou os limites do aceitável quando uma delas optou por condenar o facto de não terem sido arroladas as ditas figuras superiormente hierárquicas ao rei Leão. Admitiu, por isso, uma queda drástica da audiência causada pelo Juiz. Em resposta ouviu: “Nada, as pessoas continuam a assistir. Deixa lá o Meritíssimo trabalhar. Não é culpa dele. Ele começou muito bem, agora querem-lhe atrapalhar. Vi um jornal a dizer que a máscara do Juiz caiu. Que máscara, qual quê?” Quando a interlocutora acusou-a de não estar a “ver game”, por pouco não se iniciou uma “luta de mulheres”, como os putos dizem, graças

ao colaborador que as apelou à calma, ao bom senso, ao respeito mútuo, tolerância, equilíbrio emocional, ética, urbanidade, sob o risco de mandar parar a carrinha e fazê-las descer imediatamente. Já de regresso, o Mestre disse ao seu colaborador: “É verdade, desde que o Juiz falou aquelas coisas de rasteiro de contas, o nível de confiança baixou drasticamente. Já ninguém assiste aquele teatro. Significa que a culpa morrerá solteira”. O colaborador, para não ficar calado, primeiro lembrou ao Mestre que o País não dispõe de mecanismos de aferição da tendência da audiência relativamente a um dado assunto, seguidamente apelou à confiança no sistema de justiça, ao que o Mestre, de forma despropositada gritou, “cala-te!” Depois pediu desculpas, alegando que o que estava em causa era justamente o sistema de justiça e não a queda ou subida da audiência.





MOÇAMBIQUE PORTS AND RAILWAYS  
PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Bem haja  
o **4 DE OUTUBRO**, dia da

**PAZ!**



**A paz é a única alternativa para o desenvolvimento**



Moçambique defronta hoje os Camarões a pensar no Mundial - 2022

# Sonhar não paga imposto...!

Por Paulo Mubalo

**T**al como escrevem alguns autores, sonhar não paga imposto e não obriga ninguém a nada, tanto é que os pensamentos atraem a realidade.

Vem este introito acerca da selecção nacional de futebol, os Mambas, que defronta, hoje, os Camarões, em partida inserida no grupo "D", de qualificação para o Campeonato do Mundo, Qatar -2022.

Trata-se de um jogo em que à priori Moçambique tem poucas chances de ganhar, mas mesmo assim há que esperar por um milagre, tendo em conta o desnível entre as duas selecções e as opções bastante controversas do seleccionador nacional, Horácio Gonçalves, ainda que desta vez tenha chamado alguns nomes que merecem, por mérito próprio, envergar a camisete dos Mambas.

Mas a preparação propriamente dita para essa dupla jornada começou no domingo, com a concentração dos jogadores e equipa técnica, na Casa Militar, cidade de Maputo, antes de seguir viagem para aquele país.

Por outro lado, os jogadores que actuam no estrangeiro, exceptuando os que os alinham na vizinha África do Sul, tiveram de se juntar em Douala, local onde, esta sexta-feira, será palco do retro-mencionado desafio.

E depois deste despique, que é aguardado com inusitado interesse por parte dos moçambicanos, os Mambas voltam a defrontar, a 12 de Outubro, os Leões Indomáveis, desta feita em Casablanca, Marrocos.

Este local, recorde-se, foi escolhido a dedo pela Federação Moçambicana de Futebol (FMF) para servir de casa emprestada, depois da reprovação, pela CAF, da actual catedral do futebol moçambicano, o Estádio Nacional do Zimpeto. Outros países que tinham sido cogitados, a exemplo da vizinha África do Sul e Camarões, foram preteridos.

Na altura, o presidente da Federação Moçambicana de Futebol, Feizal Sidat, disse ao SAVANA, que os custos que aquele organismo teria de arcar, caso jogasse num dos supracitados países seriam altos.

Explicou que um voo charter para Mbombela (Nelspruit), custaria aos cofres do organismo que dirige 15 milhões de meticais, enquanto que para Camarões custaria dois milhões de meticais, sendo que seria este país a responsabilizar-se por todas as outras despesas.

Acontece, porém, que Camarões fazem parte do nosso grupo, daí que, aceitar isso, teria muitas interpretações negativas, segundo contou Feizal Sidat, mesmo sabendo que as partidas seriam sem a presença do público.

A terceira opção, a qual acabou vingando, foi a de se realizar o jogo em Marrocos, sendo que aquele país se responsabilizará pelo pagamento de alojamento, alimentação e organização do jogo.

Consta, segundo o SAVANA apurou, que a FMF tem excelentes relações com a federação marroquina, ainda que no campo



Mambas em missão espinhosa

político a situação seja diferente. Esta operação para Marrocos custará à nossa federação seis milhões de meticais, menos 9 milhões de meticais do que se os jogos fossem realizados em Mbombela.

Por outro lado, devido a não aprovação dos estádios pela CAF, 12 países (incluindo Costa do Marfim e Sudão) jogarão fora de portas os seus próximos jogos referentes à qualificação para o mundial de Qatar.

Paralelamente, o vice-presidente da Federação Moçambicana de Futebol para as selecções nacionais, Martinho Mucwana, explicou que, depois da interdição, o órgão reitor do futebol nacional efectuou vários contactos para encontrar o melhor local para sediar os jogos dos Mambas, tendo Marrocos respondido positivamente e em tempo útil à solicitação.

Contou que aquele país oferece melhores condições, nomeadamente, o piso e a localização para o caso de jogadores que militam em campeonatos europeus.

Já o seleccionador nacional, Horácio Gonçalves, mostrou-se confortável com a solução encontrada pela FMF, tendo sublinhado que o trabalho vai prosseguir com o mesmo foco de vencer jogo a jogo.

Mas para que esse desiderato seja materializado terá que assumir uma outra postura, fazendo mescla de jogadores jovens talentosos e outros experientes, contrariamente ao que vinha fazendo.

Um dado a reter é que depois de sofrer várias críticas, o seleccionador nacional, Horácio Gonçalves, viu-se na obrigação de fazer algumas alterações na lista dos convocados, tendo incluído, entre outros, Lau King, Mexer, David Malembana e Dayo, como que a assumir as culpas pelos resultados menos conseguidos dos Mambas na ronda anterior.

Moçambique tem poucas possibilidades de passar para a outra fase, tendo em conta que neste momento é lanterna vermelha do grupo. Ou seja, apenas uma vitória é que poderá manter ainda acesa a chama pela passagem à outra fase.

Presentemente, os Mambas somam um ponto conquistado, resultante do empate com a Costa do Marfim, na primeira jornada, enquanto que a Costa do Marfim comanda com quatro pontos, seguida pelos Camarões e Malawi, ambos com três pontos.

Na segunda ronda, Moçambique perdeu diante do Malawi, por 1-0, numa partida em que o seleccionador nacional optou por uma equipa

inexperiente, com o argumento de estar a renovar a equipa.

## A razão da desconfiança

Na verdade, a derrota sofrida pelos Mambas, diante do Malawi, por uma bola a zero, destapou o veu sobre o quatar 2021 destapou o va zewrbo bola diante da Costa do marfim, lidades na nossa selkecçegunda jornada da .. péu sobre as fragilidades da nossa selecção, em quase todos os aspectos, especialmente no organizativo e competitivo.

Assim, não é de estranhar que esse desaire continue a ser motivo de conversa nos chapas, nos autocarros públicos, nas escolas, e em vários outros locais, com destaque nas redes sociais, onde milhares de pessoas ainda continuam a fazer os mais diversos comentários, mostrando a sua indignação não só com a prestação dos Mambas, mas, principalmente, com as escolhas do seleccionador nacional, Horácio Gonçalves.

Para a opinião pública, e vários especialistas desportivos, está por detrás da derrota dos Mambas, a promiscuidade que se vive no nosso desporto, com destaque no futebol, onde alguns treinadores furtam-se às suas responsabilidades para acomodar interesses de quem os colocou no lugar. E vai daí que acabam, na opinião destes, chamando jogadores medíocres em detrimento dos que estão a atravessar bom momento de forma. Entendem, ainda, que uma selecção de um país não pode ser um espaço para "boladas", questionando, em seguida, a presença de Bruno Langa, que em Portugal raramente sai do banco.

Outrossim, com o argumento de rejuvenescimento da selecção, o seleccionador Horácio Gonçalves abdicou-se, na primeira convocatória, dos serviços de jogadores cotados, como Clésio, Mexer, Dominguez, Kam-bala, Chico, Sidique, Raffo e Kamo Kamo, sendo que até Geny Catamo, que está inscrito na liga dos campos pelo Sporting de Portugal, não foi primeira opção do técnico.

Mas a lista é extensa, pois jogadores como Henriques, um dos melhores marcadores do Moçambola, pela União Desportiva de Songo, também não mereceu confiança do seleccionador.

"Chega de treinadores paus-mandados e marionetas que convocam atletas que representam interesses dos seus "patrões", lamentaram.

Mas os dados estão lançados!



EU

## GP de F1 na Turquia

(Antevisão)

**E**nquanto a F1 dirige-se para Istambul, é um bom momento para relembra as circunstâncias do evento do ano passado, onde os dois Mercedes classificaram-se cinco segundos atrás da pole position de Lance Stroll e onde Lewis Hamilton foi inicialmente cinco segundos mais lento do que os líderes na corrida, mas conseguiu vencer por mais de meio minuto.

As circunstâncias de 2020 revelaram os mecanismos pelos quais os pneus funcionam e são sempre relevantes para a compreensão dos diferentes padrões de desempenho entre os carros e em diferentes estágios do fim de semana de corrida.

Os pneus precisam estar em temperatura de 90-120 graus Celcius. Em circunstâncias normais, consegue-se chegar próximo a essas temperaturas quando as cargas de travagem são aplicadas na volta de saída dos boxes e os pneus atingem ponto de temperatura ideal no início da primeira volta de arranque.

Mas, se a pista for muito rígida para colocar boas cargas de travagem nos pneus, podem permanecer fora desse limite: o pneu com aderência insuficiente para gerar cargas adequadas e portanto, permanecer frio.

Como Andrew Shovlin, da Mercedes, explicou após o evento do ano passado: "O problema das temperaturas dos pneus, é que dois ou três graus podem fazer a diferença entre colocá-los em funcionamento, gerar aderência e ou aumentar as temperaturas. "Não se pode fazer muito para ir de uma fase para a outra."

A diferença no tempo de volta entre um pneu no estado "plástico" frio e um na temperatura correta é de segundos, não apenas décimos. Apenas a mais leve subida para fazer a borracha ultrapassar o limite de temperatura ideal.

Não é uma escala progressiva, mas como um botão. Portanto, apenas a menor diferença na distribuição de peso ou a geometria da suspensão ou desempenho aerodinâmico ou a forma como as temperaturas de travagem são alimentadas no aro, pode facilmente fazer a diferença entre disputar a pole e estar cinco ou mais segundos fora do ritmo - como a Mercedes descobriu no ano passado.

Este padrão foi repetido tanto no pneu de chuva quanto no intermediário ou tanto na qualificação como na corrida. Os Racing Points conseguiram fazer com que os pneus ultrapassassem rapidamente esse limite de temperatura, normalmente em uma volta.

O Red Bull deu algumas voltas antes da borracha activar, mas o Mercedes precisou de sete voltas. Sete voltas consecutivas não são um luxo, que pode ser oferecido na qualificação. Mas, eventualmente, no dia da corrida, os pneus de Hamilton finalmente alcançaram aquele ponto mágico de mudança de temperatura. A partir desse ponto ficou automaticamente o mais rápido em pista!



O Mahafil está de parabéns pelo seu aniversário!

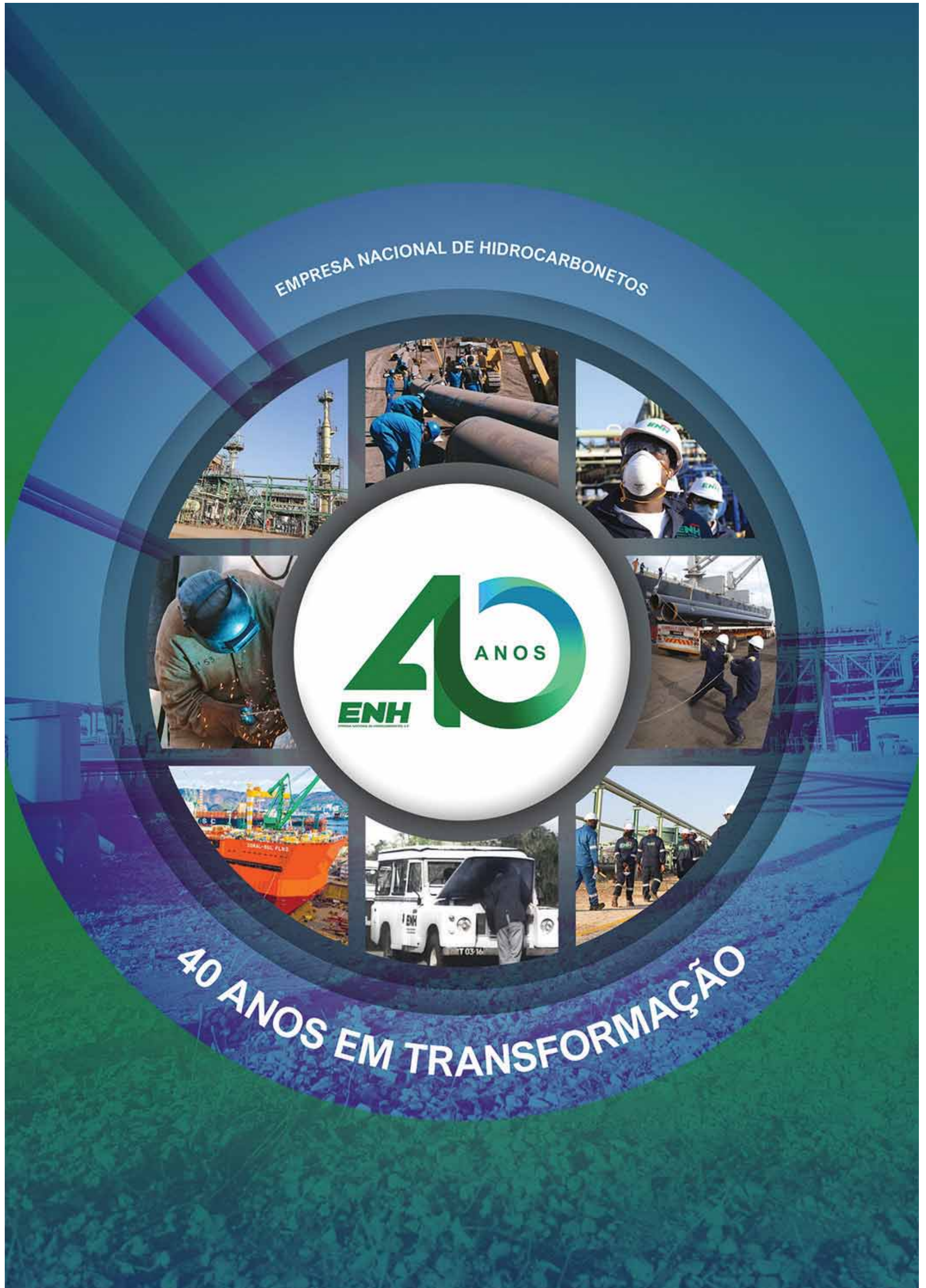
Por toda a história do Clube, pelas vitórias e derrotas, pelos fracassos e grandes conquistas, pelo que viveu e irá viver: Parabéns!

Parabéns aos Sócios, Atletas, Membros da Direcção, Equipe Técnica e simpatizantes.

Feliz aniversário ao Mahafil pela passagem do 106º aniversário!

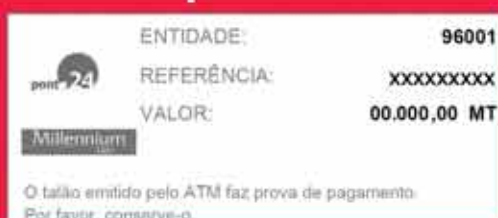
LEIA S.F.FAVOR: Fazer um apelo para que o meritíssimo Juiz e a digna magistrada do Ministério Público não se espalhem, nem embarquem nas provocações da pessoa que deveria estar na cadeira da frente, essa mesmo na tenda, humildemente sentada, a redimir-se das suas fraquezas, tão pouco patriotas, apesar da enorme responsabilidade que desempenhava, em funções no País!

longoalcancebeleza1045@hotmail.com



# PAGUE SEMPRE POR ENTIDADE E REFERÊNCIA

Assim o pagamento reflete diretamente na sua conta.  
O recibo é enviado por SMS e por email automaticamente.  
O serviço é restabelecido de imediato se estiver interrompido.





## DOCUMENTO DE POSIÇÃO DESENVOLVIMENTO DE RESUMOS DE POLÍTICAS E DOCUMENTOS DE POSIÇÃO SOBRE AS DESCOBERTAS DO SAM: Governo contribui com pouco menos de 3% (USD 9,7) do total da despesa com o HIV/SSR



### SUMÁRIO

Este documento de posição analisa a evolução dos indicadores de SRR e HIV/SIDA para aferir o efeito da alocação e execução orçamental no desempenho dos indicadores de SSR e HIV/SIDA com base na abordagem da Monitoria da Responsabilidade Social (2020 - 2021). No geral, o Sector de Saúde encontra desafios tanto em termos de consistência na alocação de recursos, quanto em termos de execução, o que requer uma atenção especial por parte do Estado com vista a materialização dos objectivos preconizados no PQG 2020-2024 e no cumprimento dos Compromissos globais. A alocação de fundos do governo para a resposta não tem aumentado de forma significativa nos últimos três anos e a discussão sobre a transição para financiar a resposta com fundos domésticos ainda não foi iniciada. O Ministério não obtém alocação orçamental para as actividades planificadas para resposta multisectorial, ou seja, as actividades planificadas não são seguidas com uma linha orçamental específica, verificando-se uma alta dependência nos doadores internacionais.

### INTRODUÇÃO

O presente documento surge no âmbito da parceria entre o Observatório Cidadão para Saúde (OCS) e Actionaid Moçambique, com base na implementação de um projecto que visa "melhorar a Prestação de Contas e sensibilidade ao género na gestão de recursos públicos, particularmente nas áreas relacionadas a provisão de serviços de saúde voltados para HIV/SIDA e Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) para adolescentes e jovens. O projecto em alusão está sendo implementado em alguns países da SADC (Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué)", com a abordagem de "Social Accountability Monitoring (SAM)" (Monitoria da Responsabilização Social), que contempla as principais etapas das actividades do processo de gestão das finanças públicas, desde a planificação, alocação de recursos, gestão da despesa, análise de desempenho, integridade pública e fiscalização. Para cada um destes processos, a análise procura identificar os aspectos que afectam a qualidade da provisão dos serviços públicos no sector da saúde.

### PLANIFICAÇÃO NO SECTOR DA SAÚDE

#### Evolução pouco satisfatória da taxa de cobertura de partos institucionais em relação a meta

Na planificação do sector de saúde no ano 2020 foi prevista uma cobertura de partos institucionais de 89,9%, 1,10% menor que a meta (91%) para o presente quinquénio (2020 - 2024), para o ano de 2021 a estimativa do sector de saúde é cobrir 2% abaixo da meta quinquenal e 0,9% abaixo comparativamente ao ano de 2020. Os dados mostram uma evolução pouco satisfatória da taxa de cobertura de partos institucionais em relação a tendência do cumprimento da meta prevista na matriz operacional do PQG 2020-2024.

Cenário contrário se verifica na taxa de rastreio do cancro de colo de útero, planificou-se aumentar o Rastreio do Cancro do Colo do Útero em mulheres dos 25 - 54 anos na consulta de Planeamento Familiar em 1%, de 25% em 2020 para 26% em 2021, a estimativa do sector de saúde é cobrir 4% abaixo da meta quinquenal de 30%.

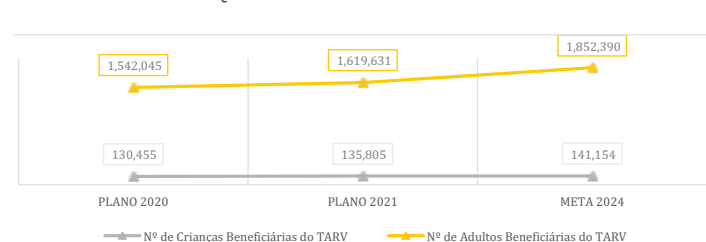
Gráfico 1 - Metas do PQG 2024 VS PES 2020 e 2021



Fonte: Observatório com base nos dados da PQG 2020 - 2024 e PES 2020 e 2021

Os indicadores relacionados ao Nº de crianças e adultos beneficiários do tratamento anti-retroviral (TARV), mostram uma evolução satisfatória. No ano de 2020 o plano previa beneficiar 130 455 crianças com o tratamento TARV, número que subiu para 135 805 no plano de 2021. Segundo dados de 2020, 2.100.000 pessoas viviam com HIV em Moçambique (1.900.000 são adultos e 130.000 crianças com menos de 15 anos de idade). Esse indicador mostrar-se-á satisfatório caso o número dos novos beneficiários for superior ao número médio de novas infecções.

Gráfico 2 - Metas do PQG 2024 VS PES 2020 e 2021



Fonte: Observatório com base nos dados da PQG 2020 - 2024 e PES 2020 e 2021

Dentro dos esforços que o executivo da saúde esta imprimindo para a formação e sensibilizar de adolescentes e jovens em matérias de Saúde Sexual Reprodutiva, HIV, nutrição, não ao consumo de álcool e outras drogas, o número planificado de activistas formados cresceu em 14%, passando 1,740 para 1,980, passo que o crescimento esperado de activistas formados esta a quem do número de adolescentes e jovens que se pretende sensibilizados. A meta cresceu apenas 4%, passando dos 1,1 milhões para 1,2 milhões (vide o gráfico 3).

Gráfico 3 - Plano de Formação e Sensibilização de Adolescentes e Jovens em SSR, HIV, Nutrição e Drogas

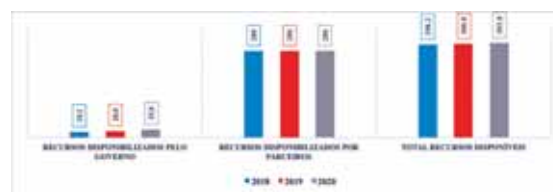


Fonte: Observatório com base nos dados da PQG 2020 - 2024 e PES 2020 e 2021

### ANÁLISE DO FINANCIAMENTO, GESTÃO E DESEMPENHO

O financiamento do sector de saúde em Moçambique depende muito dos doadores internacionais que historicamente têm contribuído consideravelmente nos recursos usados na resposta ao HIV. O Governo de Moçambique (GdM) permanentemente aloca fundos para a resposta ao HIV, contudo grande parte vem dos doadores internacionais sendo principalmente do Fundo Global -249 milhões de USD (2018 -2020) e o PEPFAR período em curso - 395 milhões de USD, sendo responsáveis por cerca de 92% das despesas com o HIV (gráfico 4).

Gráfico 4 - Evolução do financiamento de HIV (Milhões USD)



Fonte: OCS com base nos dados do Relatório Final da Revisão de Meio-termo do PEN IV

Em 2018, as despesas do Governo foram responsáveis por USD 9,7 milhões dos custos por área programática (sem incluir salários e benefícios aos provedores de serviços do HIV/SIDA, farmacêuticos, técnicos de laboratório ou outros profissionais de saúde), aproximadamente 3% do total da despesa com o HIV.

Cem por cento dos TARV's durante o período de implementação do GFATM 2018- 2020 foram mobilizados pelos doadores, principalmente pelo GFATM (74%) e pelo PEPFAR (26%). O país também depende substancialmente dos doadores, em particular do Governo dos EUA, para a aquisição de outros produtos para o programa do HIV, tais como reagentes (carga viral (CV) e Diagnostico Precoce Infantil (DPI). Os compromissos do Governo para os próximos dois anos não vão alterar este panorama de forma significativa, agravando um déficit de financiamento existente (especialmente para o TARV), que ultrapassa os 100 milhões USD para os próximos dois anos.

Em 2020 a taxa de rastreio do cancro do colo de útero atingiu uma realização de 91% e o número de adolescentes e jovens sensibilizados em matérias de Saúde Sexual Reprodutiva, HIV, nutrição, álcool e outras drogas 101%. As metas para o primeiro semestre de 2021 mostram um cenário pouco animador olhando para os mesmos indicadores.

Moçambique situa-se entre os países com o número mais elevado de novas infecções de HIV em crianças (cerca de 16 000 só em 2018), sendo que a maioria resulta da transmissão vertical, resultado da fraco uso de métodos de prevenção por parte de homens e mulheres. Segundo o último relatório da ONUSIDA Moçambique é um dos países da África Subsaariana com o menor uso reportado do preservativo. Dados do IMASIDA 2015 indicam que apenas 28% das mulheres com parceiros múltiplos no ano anterior usaram o preservativo na última relação sexual. Nos homens, essa percentagem é ainda mais baixa (24%).

O sector de saúde não mostra um bom desempenho nos esforços que o executivo da saúde esta imprimindo, do ponto de vista de metas, tanto para a formação e sensibilizar de adolescentes e jovens em matérias de Saúde Sexual Reprodutiva, HIV, nutrição, não ao consumo de álcool e outras drogas, o número planificado de activistas formados cresceu em 14%, passando 1,740 para 1,980, passo que o crescimento esperado de activistas formados esta a quem do número de adolescentes e jovens que se pretende sensibilizados.

Gráfico 5 - Taxa de Realização Comparativamente ao PQG



Fonte: Observatório com base nos dados da PQG 2020 - 2024 e PES 2020 e 2021

### RECOMENDAÇÕES

Diante dessa situação, recomenda-se ao Governo que faça alocações justas e cumpra com a declaração de compromisso assumido em Abuja, de alocar 15% do seu orçamento para a melhoria das condições sanitárias dos moçambicanos. De forma específica, os recursos adicionais necessários poderiam ser úteis para:

- Incrementar o investimento destinado a combate, prevenção e tratamento na área de SSR e HIV;
- Melhorar o manejo geral de adolescentes e jovens HIV+ a nível das unidades sanitárias, terceiro aumentar a testagem da carga viral para monitorar a resposta ao TARV;
- Simplificar as recomendações e práticas que podem afectar a retenção no tratamento do HIV;
- Repensar nos factores subjacentes à situação actual e propor estratégias e actividades com vista a colocar País "no caminho" para eliminação redução dos casos de HIV;
- Aumentar o número dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes Polivalentes e incrementar os seus incentivos para um melhor desempenho;
- Realizar sessões de sensibilização em relação à importância do rastreio para as MIR na comunidade (palestras sobre a saúde, rádios comunitárias)

Accesse o documento de análise no site [www.observatoriodesaude.org](http://www.observatoriodesaude.org)

<sup>1</sup>[https://cncs.gov.mz/dados-nacionais/#\\_ftn1](https://cncs.gov.mz/dados-nacionais/#_ftn1)

<sup>2</sup>Health facility factors and quality of services to prevent mother-to-child HIV transmission in Côte d'Ivoire, Kenya, and Mozambique. Rustagi et al. Int J STD AIDS. 2017 July ; 28(8): 788-799

<sup>3</sup>PEPFAR semiannual data 2018. Personal communication





BancABC

# AVISO

Solicita-se aos indivíduos e entidades abaixo mencionados, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do último dia da publicação deste anúncio, contactarem o African Banking Corporation (Moçambique), SA, comercialmente conhecido por BancABC, através do número **92 26 4**, ou junto à Agência do Banco mais próxima, afim de tratar de assunto do seu interesse.

O BancABC, reserva-se no direito de adotar medidas administrativas e judiciais cabíveis para cada situação, caso não compareça durante o período indicado acima.

## Nome do Cliente

Abel Alberto Simbe

Abrão Luis Martinho

Acácio Uanane Massique

Adolfo Carlos

Alberto Alberto Chapala

Alberto José Matsimbe

Albuquerque Mendes Amade

Alcinio Fernando Chambe

Alde Ajudante Abdala

Alfredo Joao Amade

Alfredo Paulino Jeje

Alves Francisco

Amedinho Esteveao Nipate

Americo José

Amiro Pedro Amade

Amiry Aldo Chabane Monteiro

Angelino Arnaldo

Anselmo Jaime Mahumana

António Baptista De Jesus Mussa

António Joaquim Mandhlate

Apua Momade

Arcenia Lourenco Vicente Ndovo

Armando Antonio Traquino

Armando Lazaro

Assane Ibraimo

Assimo Mussa Assumila

Atumane Raibo

Baptista G Joaquim Taremba

Bruno Alexandre Coulon Sacur

Calibo Sualihina

Calipo Abdul

Carlos Armando Macitela

Carmone P Monteiro

Celestino Amade Muaria

Cereneu Isac Joaquim

Chingurai Laissonne Gaviao

Constancio Fernando Nhamas

Constatine Tokuraseyi Mutemeri

Danilo Lopes Gafur

Edson Clase Praise Nhacuangue

Eurelio Jose Rameia

Eurico João

Feliciano Abdala Ussene

Fernando António Muanima

Fernando M Muva

Francisco José Do Rosario

Franginito Ernesto Fraquissone

Gerson Zefanias Alfinete Sibinde

Gulamo Buanur

Gustavo Virgilio Lauia

Hermenegildo Domingos Mabjaia

Horácio Domingos Luciano

Huzune Dos Santos Amisse

Inacio Alves Veleu

Issa Jorge Muitecate

Issufo Aliante Jorge

Izaquiel Pedro Antonio Pequinino

Jamal Afito

Jamal Momade Chehamade

James Mukoko

João Joaquim Antonio

João Julião Silambo

Joaquim Alberto Cumba

Jocelino Carlos Armando

Joelma Albertina Soquisse

Jonas José Isidro

Jorge Minez Macuile

José Simão Aculungueme

José Joaquim Mostico

José Martinho José

José Rodrigues Cacachal

Knowledge Manuel Nguiraze

Latifo Alide

Laura José Nioca

Lázaro Mandiramba

Mahara Pedro Augusto Mahara

Maikel I Sabonete

Maria Ussene Kovilo

Mario Ernesto Alfredo Nakoro

Mauricio Mario Ali

Melo Fonseca Muahiauene

Mendes José

Miguel Eurico

Momade Eusebio

Morais Alberto Manuel Sabonete

Muaziar Tambura Afai

Nelson Januario Antonio

Noé Alberto Mabjaia

Octavio José Pene

Paulino Amade Assane

Paulino Jeronimo Junior

Rahico Rune

Ramiro Julio Joaquim

Ramuge Antonio Muaramuche

Rodrigues Izaquiel Paulino

Roy Bauti João

Rui A Alberto

Saide Alexandre

Sita Viana Sidibe

Sualehe José

Urbano Lourenço

Ussene Quirobo Omar

Valter Ivan Domingos Cortes

Vanda Jeremias Tivane

Wilmah Samucange

Xavier Bernardo

Xavier Luciano L Coutinho Guta

Xavier Samuel Samiha



mais que um banco



## NO INFORMAL

Pedro Madruga (Texto)

Naíta Ussene (Fotos)

### Machel e o desconfinamento das luzes

**O**s vibrantes aplausos que se seguiram à música VANA VA NDOTA dos Ghorowane, na inimitável voz do meu amigo Roberto Chitsondzo fizeram-me compreender profundamente a falta que Samora Machel faz neste país, sobretudo, nestes dias em que tudo falta e o pouco não acrescenta nada. O lançamento do livro sobre Machel foi um momento para reabilitar o elogio, a saudade incurável do pai da Nação e, acima de tudo renovar a importância de Samora Moisés Machel. Por isso a mamã Graça Machel se tenha emocionado tanto, na companhia dos filhos, Josina, Samora Jr. e da família alargada com os camaradas Óscar Monteiro, Teodato Hunguana, Prakash Ratilal e Ibraimo Issá. Stop! Como vai faltar o Filimone Meigos que até dançou, vibrou ao som da música do Chitsondzo? O filósofo José Castiano tem aqui matéria para o próximo livro. Mas por enquanto celebramos Samora Machel pela passagem do seu 88.º aniversário natalício, no penúltimo dia de setembro.

Desconfinando as luzes e mudando de foco, não sei se o nome de Alfredo Mueche foi inspirado no de um outro ícone sul-africano e do mundo, o célebre fotógrafo Alf Khumalo (1930-2012). Em todo o caso foi por iniciativa de Alfredo Mueche que decidiu juntar-se a outros escultores do fotojornalismo, reunindo-os, algures em Boane. Há tempos que Naíta Ussene, Inácio Pereira, Farahat, o próprio Mueche e Albino Mahumana não trocavam olho com olho, dente com dente, num ritual dos cristais, com aquele conteúdo que levanta os espíritos adormecidos. Foi mesmo bom deixarem de lado as boladas das conversas telefónicas, o assédio dos video-call e webinars para reunirem, de carne e osso, como manda a lei do desconfinamento. Não cabemos todos na tenda da Machava...E, na justa medida, o momento deu para ver a prole do Inácio Pereira, com a filha e genro. Só não perguntamos se o lobolo aconteceu e quanto foi... Há limites, até para os amigos mais curiosos e atrevidos como uma fotografia a dançar no mapiko, nsope, nyau e na xingombela das redes sociais. O que importa mesmo é amizade praticada e frequentada.





## IMAGEM DA SEMANA

Nafta Ussene



Antigo PM esconde dinheiro em paraíso fiscal

# ICJ denuncia “dinheiro oculto” de Aires Ali

**O** antigo Primeiro-Ministro de Moçambique, Aires Ali, terá escondido dinheiro no estrangeiro, usando uma empresa de fachada, através de uma firma suíça de consultoria fiscal, em Setembro de 2012, revela a investigação jornalística denominada “Pandora Papers”, do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ).

Ali terá recorrido a esse esquema menos de um mês após ser exonerado do cargo de primeiro-ministro, observa o ICIJ. Aires Ali foi Primeiro-Ministro no governo de Armando Guebuza entre 2010-12. Caiu politicamente em desgraça após o 10º congresso da Frelimo em Muxara (Cabo Delgado), quando o então Presidente da República o exonerou e, para o seu lugar, foi buscar Alberto Vaquina, na altura governador de Tete. No congresso de Muxara, Ali não conseguiu renovar o mandato na Comissão Política (CP), enquanto Alberto Vaquina foi eleito. Ali foi mais tarde “recuperado” por Filipe Nyusi e nomeado embaixador na China, mas regressou por ter sido eleito para CP no Congresso de 2017 na Matola.

### Esconderijo de grandes fortunas

A referida consultora colaborou com a Alcolgal, um escritório de advogados com sede no Panamá - país conhecido por ser um esconderijo de grandes fortunas, através dos chamados paraísos

fiscais, para a criação da Stonelake Enterprises, cujo dono é Aires Ali. O SAVANA tentou várias vezes entrar em contacto com Aires Ali, actual deputado da Frelimo, mas sem sucesso. O ICIJ escreve que a Alcolgal cuida dos interesses dos accionistas e administradores junto da Stonelake Enterprises Ltd, usando mandatários. Através desse esquema, Aires Ali conseguiu ocultar que é o verdadeiro dono da referida companhia de fachada.

Em 2013, Ali e a sua filha, Judite Tânia Baptista Ali, autorizaram a abertura de uma conta bancária através de uma empresa portuguesa de gestão de fortunas.

Também o ICIJ avança que Aires Ali e a sua filha não responderam a um pedido de reacção sobre a matéria contida na “Pandora Papers”.

Antes de ser PM, Aires Ali foi ministro da Educação e governador provincial.

O ICIJ refere que Ali já foi visto como potencial candidato presidencial pelo seu partido, Frelimo.

É igualmente descrito como um quadro influente do partido no poder em Moçambique.

Actualmente, é deputado da Assembleia da República, tendo sido igualmente embaixador de Moçambique na China.

As ligações da “Pandora Papers” a Moçambique tem também outras ramificações.

O antigo ministro português, Nuno Morais Sarmiento, quadro destacado

do PSD, terá usado um paraíso fiscal envolvendo os seus negócios de restauração na praia do Tofo, cidade de Inhambane, de acordo com o jornal Expresso, que faz parte do consórcio. Morais Sarmiento justificou o acesso a uma companhia ‘offshore’ com as “limitações” aos estrangeiros existentes na altura em Moçambique.

A nova investigação do consórcio (ICIJ, na sigla em inglês), chamada “Pandora Papers”, põe a descoberto os “segredos financeiros” de 35 líderes mundiais (actuais e antigos) e de mais de 330 políticos e funcionários públicos, de 91 países e territórios, entre os quais Portugal.

Em relação a África, aquela entidade de investigação jornalista refere que os chefes de Estado do Gabão, Ali Bongo, do Congo Brazzaville, Denis Sasso Nguesso, e a família do Presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta também esconderam fortunas usando “offshores”.

A mais recente história de vazamento de quase 12 milhões de documentos e arquivos expõe riqueza ocultada por líderes mundiais, políticos e bilionários. A mega investigação foi desenvolvida por mais de 600 jornalistas associados ao ICJ, oriundos de 117 países, que observaram fortunas ocultas de algumas individualidades mais poderosas do planeta.

O Fundo Monetário Internacional disse que o uso de paraísos fiscais custa aos governos em todo o mundo cerca de USD 600 mil milhões em impostos perdidos a cada ano.

## À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- Instrumentalizado ou não, a imprensa do regime exultou em manchetes com a declaração de que o ex e o actual mais alto magistrado da nação não estão envolvidos nos esquemas das dívidas ocultas, a partir de meia dúzia de extractos solicitados aos banquinhos da 25 de Setembro. Será mesmo que nos bancos a sério não há nada, isto porque, segundo a Kroll, ainda andam à solta USD1200 milhões. E ainda agora, fresquinho e bem fresquinho, ficou-se a saber que um outro ex, via Pandora papers, tem o seu bem guardadinho numa dessas ilhas com nome de paraíso fiscal.
- Fresquinho, fresquinha é a notícia directamente do Rio, a apreensão de um contentor com 5 toneladas de cocaína destinadas a Maputo. Não são essas as notícias que o governo gosta. Mas são as notícias que há, com mais uma tarefa complicada para aqueles homens que estão sempre a trabalhar...
- Fresquinho também, ficou a saber-se que aquele advogado que faz gala nas viagens para Beirute para visitar Jean Boustani, o douto Chivale pertence à secreta, segundo o PCA das três Marias que tomou de assalto a tenda das revelações esta terça-feira. E como prometeu mais notícias frescas, vamos ver se pela área do assistente do MP, não há também uns avençados na companhia...
- O dito cujo, em sintonia com o leão desdentado e o laranja mecânica incendiário, mal se viu com o microfone à frente, foi logo dizendo que aquilo da Kroll é pessoal dos colegas da congénere britânica. Verrinoso q.b. considerou mesmo que a passagem da Kroll por Maputo deu guerra em Cabo Delgado. Sempre é uma nova associação a estudar pelo Departamento de Estado que acha que o que se passa em CD tem mão do Estado Islâmico.
- Voltando ao duo que já deu a cara pela secreta, a população só confirmou a má impressão que sempre teve dos serviços que, à falta de outros trabalhos operativos, se entreteve a torturar moçambicanos e a espolhar as suas conversas só porque, alegadamente, não têm um discurso alinhado com a casa branca da ex- Pereira do Lago. Pobre mátria que pariu tão maus filhos...
- Quem está em maus lençóis na Ordem, é o advogado Elísio de Sousa, suspenso por três meses por alegada conduta criminosa, em comentários que o visado tem feito em torno do processo das dívidas ocultas, que se julga na BO. Ao serviço do renovado G40, agora G15, criado pela propaganda freli, resta saber se o glorioso virá ou não ao seu socorro. E se a Ordem não fizer vista grossa, também poderá ver aquele outro caso de duplo emprego, com defesa de constituinte à segunda, terça, quinta e sexta e, de bacela, comentários televisivos ao domingo, com continência patriótica aos laranjas mecânicos da secreta.
- Um proeminente homem de negócios do Malawi acaba de ser condenado a nove anos de prisão porque ficou provado que durante o processo judicial que culminou com a anulação das eleições gerais de 2019, tentou corromper os juizes do Supremo para decidirem a favor do então Presidente Peter Mutarika. Se o exemplo pega...
- Em vésperas de eleições municipais marcadas para o dia 2 de Novembro na África do Sul, foi refrescante ver o jovem Julius Malema, Presidente da Frente para a Liberdade Económica (EFF), nos estúdios da televisão pública local, fora do contexto do direito de antena reservado a todos os partidos concorrentes. O papel da radiodifusão de serviço público não é toda a hora fazer passar propaganda do partido no poder, disfarçada de notícias de interesse público.
- Os que aproveitaram o fim-de-semana longo para uma fuga à terra do rand foram os moçambicanos sedentos de uma comprinhas e relaxamentos, após longas restrições resultante da covid-19. Mas quem facturou a valer foram as clínicas de testes rápidos montadas do lado sul-africano, que cobram 300 randes/pessoa. Do lado moz, o sono é profundo.
- Animado está a “Africa’s Pulse”, uma unidade de análise do Banco Mundial, que afirma que a África Subsaariana deverá emergir da recessão de 2020 provocada pela pandemia da covid-19, com um crescimento previsto de 3,3% em 2021, uma previsão superior em 1,0% à previsão de Abril de 2021. A recuperação é justificada pelos elevados preços das matérias-primas, por um relaxamento das rigorosas medidas adoptadas durante a pandemia e pela recuperação do comércio global, mas continua vulnerável, tendo em conta as baixas taxas de vacinação no continente, os danos económicos prolongados e o ritmo lento da recuperação.
- Marcha-atrás é o que o governo foi obrigado a fazer, após enchentes nas praias. Foram encerradas 18 praias em todo o país, dada a indisciplina que poderiam fazer perder todos os ganhos alcançados no combate à covid-19.

### Em voz baixa

- Depois das trancinhas macondinhas da Moz Celeb, das maquilhagens em tons suaves, dos tapetes islâmicos e dos vários modelos de indumentária celular, há quem garanta que a testa de ferro do DG (segundo a planilha Boustani), está mesmo a magiar uma linha de moda laranja chic. Ou choc...

# PLATINÂCASHBACK

Compra Ofertas PCB no \*248#  
e recebe dinheiro de volta no M-Pesa

Activa já \*248#

Termos e Condições Aplicáveis



Ligados temos tudobom  
**vodacom**